

PLANO SUPRAMUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DA ILHA TERCEIRA – CONTRIBUTO PARA O PLANO REGIONAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

CARLA DE FÁTIMA BORGES FONTES

Provas destinadas à obtenção de grau de Mestre em Riscos e Proteção
Civil

Julho de 2017

VERSÃO DEFINITIVA

Provas para obtenção do grau de Mestre em Riscos e Proteção Civil

**PLANO SUPRAMUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DA ILHA
TERCEIRA – CONTRIBUTO PARA O PLANO REGIONAL DE EMERGÊNCIA DE
PROTEÇÃO CIVIL**

Autora: Carla de Fátima Borges Fontes

Orientador: Mestre Artur Gomes

Julho de 2017

Agradecimentos

A todos aqueles que ao longo do meu percurso profissional me ajudam a crescer.

A todos os que incentivaram e apoiaram a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais por toda a dedicação, incentivo, carinho e apoio.

Aqueles que mesmo longe estão sempre perto.

A ti que comigo tens feito este caminho.

Resumo

Desde do povoamento do arquipélago, muitos são os relatos de fenómenos naturais externos que vão definindo a história dos Açores. A imprevisibilidade de tais acontecimentos e o seu carácter destrutivo provocaram, ao longo dos anos elevadas perdas de vidas humanas e avultados prejuízos materiais.

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas várias estratégias para mitigar os riscos naturais e os seus efeitos no arquipélago, no entanto, existe uma lacuna no sistema de planeamento de emergência nos diferentes níveis do sistema de proteção civil da Região Autónoma dos Açores (RAA), nomeadamente a adaptação à RAA da legislação nacional referente ao planeamento de emergência, em particular no que diz respeito aos planos de emergência de proteção civil. Os planos de emergência surgem nesta legislação como instrumento de apoio essencial na definição das ações de socorro às populações e nos quais se encontram inscritas as normas, os procedimentos os meios e os recursos.

Relativamente aos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), a RAA está dotada dos instrumentos de planeamento requeridos pela lei, contudo, a descontinuidade geográfica obriga a definir uma estratégia de complementaridade entre municípios, logo entre PMEPC. Esta complementaridade, carece ser organizada sob a forma de um plano de emergência de proteção civil de ilha, ou seja, um plano especial e supramunicipal, de modo a que os agentes de proteção civil e os meios e recursos sejam organizados, articulados e utilizados sob a coordenação de uma estrutura aqui designada por “Comissão de Ilha de Proteção Civil”, liderada pelo delegado de proteção civil, figura já prevista na orgânica do SRPCBA.

Esta proposta de modelo organizativo, pretende contribuir de forma objetiva para o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil, contudo, importa fazer uma análise mais concreta deste contributo sob a forma de pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades para o planeamento de emergência a nível regional.

Palavras-chave

Emergência, planeamento, proteção civil.

Abstract

Since the settlement of the archipelago, there are many accounts of natural phenomena that define the history of the Azores. The unpredictability of such events and their destructive character has led, over the years, to the loss of human life and enormous material losses.

In recent years, several strategies have been developed for mitigating the risk and their effects on the archipelago; however, there is a gap in the emergency planning structure at the different levels of the civil protection system of the Autonomous Region of the Azores (ARA), namely to the regional legal body the adaptation of national legislation related to emergency planning, in particular the civil protection emergency plans. These plans are the essential support instrument in the definition of relief actions for populations, where the standards are registered, procedures and resources.

Regarding the Municipal Civil Emergency Plans (MCEP), the ARA has equipped the planning instruments required by law, nevertheless the geographical discontinuity require a strategy of complementarity between municipalities, thus between PMEPC. This complementarity needs to be organized in the form of an emergency plan for civil protection of the island, ie a special and supramunicipal plan, so that the civil protection agents and resources are organized and coordinated by a structure designated "Civil Protection Island Commission", a commanded by the island civil protection delegate, a juridical elements present in the basic law of the SRPCBA.

This organizational model proposal aims to contribute to the Regional Civil Protection Emergency Plan, however a SWOT analy must be made.

Keywords

Emergency, civil protection, planning.

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento Região Autónoma dos Açores	5
3. Conceitos gerais relacionados com Proteção Civil	11
3.1 Perigo, Vulnerabilidade e Risco	11
3.2 Ciclo de Gestão da Emergência	13
3.3 Planeamento	14
4. Proteção Civil	17
4.1 Proteção Civil a Nível Mundial	17
4.2 Proteção Civil em Portugal	18
4.3 Autoridade Nacional de Proteção Civil	21
4.4 Serviço Regional de Proteção Civil Madeira	23
4.5 Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	26
5. Planeamento de Emergência	29
5.1 Comissões de Proteção Civil	31
5.2 Estado atual dos Planos de Emergência de Proteção Civil	33
6. Ferramentas de apoio à Proteção Civil de âmbito Regional	37
6.1 Sistema Integrado de Atendimento e Despacho	37
6.2 Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores	41
6.3 Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Avisos nos Açores	43
7. Proposta de Plano Supramunicipal de Emergência em Proteção Civil	47
7.1 Finalidades e objetivos	48
7.2 Critérios para ativação	50
7.3 Operacionalização	51
7.4 Responsabilidade Agentes de Proteção Civil intervenientes no PSEPC	55
7.5 Estrutura operacional	78
7.6 Áreas de intervenção	83
8. Contributo para o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil	93
9. Bibliografia	97

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Organização da tese	3
Ilustração 2 - Localização do Arquipélago dos Açores e respetiva divisão por grupos geográficos. (dados CAOP 2014)	5
Ilustração 3 - Divisão administrativa (Retirado	7
Ilustração 4 – Ciclo de Gestão da Emergência	14
Ilustração 5 - Organograma SRPCBA	27
Ilustração 6 - Comissões de Proteção Civil	31
Ilustração 7 - Estabelecimentos de nível perigosidade superior na Região Autónoma dos Açores	36
Ilustração 8 - Funcionamento do SIAD	38
Ilustração 9 - Abertura de ocorrência no sistema SIAD	39
Ilustração 10 - Fluxograma de triagem.....	39
Ilustração 11 - Quadro geral de ocorrência, meio e georreferenciação	41
Ilustração 12 - Organização da RITERAA	43
Ilustração 13 - <i>Software Connexall</i>	44
Ilustração 14 - Esquema de notificação.....	45
Ilustração 15 - Método de notificação e confirmação de receção do alerta	45
Ilustração 16 - Divisão administrativa da Ilha Terceira	47
Ilustração 17 - Organização do Posto de Comando Operacional (PCO).....	54
Ilustração 18 - Organização TO.....	79
Ilustração 19 - Localização das ZRR	81

Índice de tabelas

Tabela 1 - Planos de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores .. 35

Tabela 2 - Apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e sua natureza ... 49

Gráfico 1 - Superfície do Arquipélago dos Açores dividido por percentagens de cada ilha 7

Gráfico 2 - Planos de Emergência de Proteção Civil
(<http://planos.prociv.pt/Pages/planos.aspx>) 34

Siglas e Abreviaturas

AA – Área de Atuação

ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil

ANCTM – Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil

CELOG – Célula de Logística

CELOP – Célula de Operações

CEPLAN – Célula de Planeamento

CIPC – Comissão Ilha de Proteção Civil

CISNPC – Comissão Instaladora do Serviço Nacional de Proteção Civil

CIVISA – Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores

CMPC – Comissão Municipal de Proteção Civil

CNPC – Comissão Nacional de Proteção Civil

COS – Comandante das Operações de Socorro

DMR – Digital Mobile Radio

DRS – Direção Regional de Saúde

EAT – Equipas de Avaliação Técnica

EDA – Eletricidade dos Açores

ERAS – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

ESO – Esquema de Sustentação Operacional

FA – Forças Armadas

FEMA – *Federal Emergency Management Agency*

GNR – Guarda Nacional Republicana

HSEIT – Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário

ISSA – Instituto Segurança Social dos Açores

NRBQ – Nucleares, Radiológicos, Biológicos e/ou Químicos

PCO – Posto de Comando Operacional

PEA – Plano Estratégico de Ação

PM – Polícia Marítima

PMA – Posto Médico Avançado

PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PNE – Plano Nacional de Emergência

PRA – Plano Regional da Água

PSEPC – Plano Supramunicipal de Emergência de Proteção Civil

PSP – Polícia de Segurança Pública

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

RELIS – Relatórios Imediatos de Situação

RITERAA – Rede Interligada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores

SAGE – Sala de Atendimento e Gestão de Emergências

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

SGO – Sistema de Gestão de Operações

SIAD – Sistema Integrado de Atendimento e Despacho

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SIS – Serviços de Informação e Segurança

SIV – Suporte Imediato de Vida

SNPC – Serviço Nacional de Proteção Civil

SREA – Secretaria Regional de Estatística dos Açores

SRPC – Serviço Regional de Proteção Civil

SRPC,IP-RAM – Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM

SRPCBA – Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores

SRS – Secretaria Regional da Saúde

TO – Teatro de Operações

UNISDR – United Nations Office for Disaster Risk Reduction

ZA – Zona de Apoio

ZCAP – Zona de Concentração e Alojamento das Populações

ZCI – Zona de Concentração e Irradiação

ZCR – Zona de Concentração e Reserva

ZEE – Zona Económica Exclusiva

ZI – Zona de Intervenção

ZRR – Zona de Receção de Reforços

ZS – Zona de Sinistro

1. Introdução

Desde do povoamento do arquipélago, muitos são os relatos de fenómenos naturais externos que vão definindo a história dos Açores. As erupções vulcânicas, sismos, inundações, tempestades e movimento de vertentes, são alguns exemplos de eventos que deixaram marcas na paisagem e na população das nove ilhas dos Açores.

A imprevisibilidade de tais acontecimentos e o seu carácter destrutivo provocaram ao longo dos anos, elevadas perdas de vidas humanas e avultados prejuízos materiais. Por mais violentos e impetuosos que foram estes eventos, não foram o suficiente para arrebataram a coragem e perícia dos açorianos, que sempre se ergueram da destruição, reconstruindo um futuro sólido.

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas várias estratégias para mitigar os riscos naturais e os seus efeitos no arquipélago, como estudos, aquisição de meios de socorro, sensibilização da população para os riscos, melhoramento de infraestruturas de apoio ao salvamento e socorro (quarteis de bombeiros, hospitais, escolas, casas do povo, estradas, entre outras), aquisição e instalação de redes de monitorização, entre outros.

No entanto, existe uma lacuna no sistema de planeamento de emergência nos diferentes níveis do sistema de proteção civil da Região Autónoma dos Açores. Esta dificuldade de ação, por vezes coloca-se por questões legais, ou seja a não adaptação da legislação à realidade regional ou por desconhecimento da importância desta fase aquando a ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe.

Na Região Autónoma dos Açores é necessário clarificar o conceito de planeamento de emergência e encarar com uma ferramenta essencial para o sucesso de qualquer operação de proteção civil.

Esta tese tem como principais objetivos:

- Descrever alguns conceitos básicos na área de proteção civil;
- Estudar a estrutura de atuais dos sistemas de proteção civil;
- Descrever o planeamento de emergência, referenciando o estado atual do planeamento a nível nacional e em particular na Região Autónoma dos Açores;
- Mencionar as ferramentas de apoio à proteção civil regional;

- Apresentar o plano supramunicipal da ilha Terceira com o objetivo de melhorar eficiência e eficácia dos sistemas de planeamento de emergência nos açores;
- Apresentar o contributo do plano supramunicipal da ilha Terceira para o Plano Regional de Emergência e Proteção Civil dos Açores.

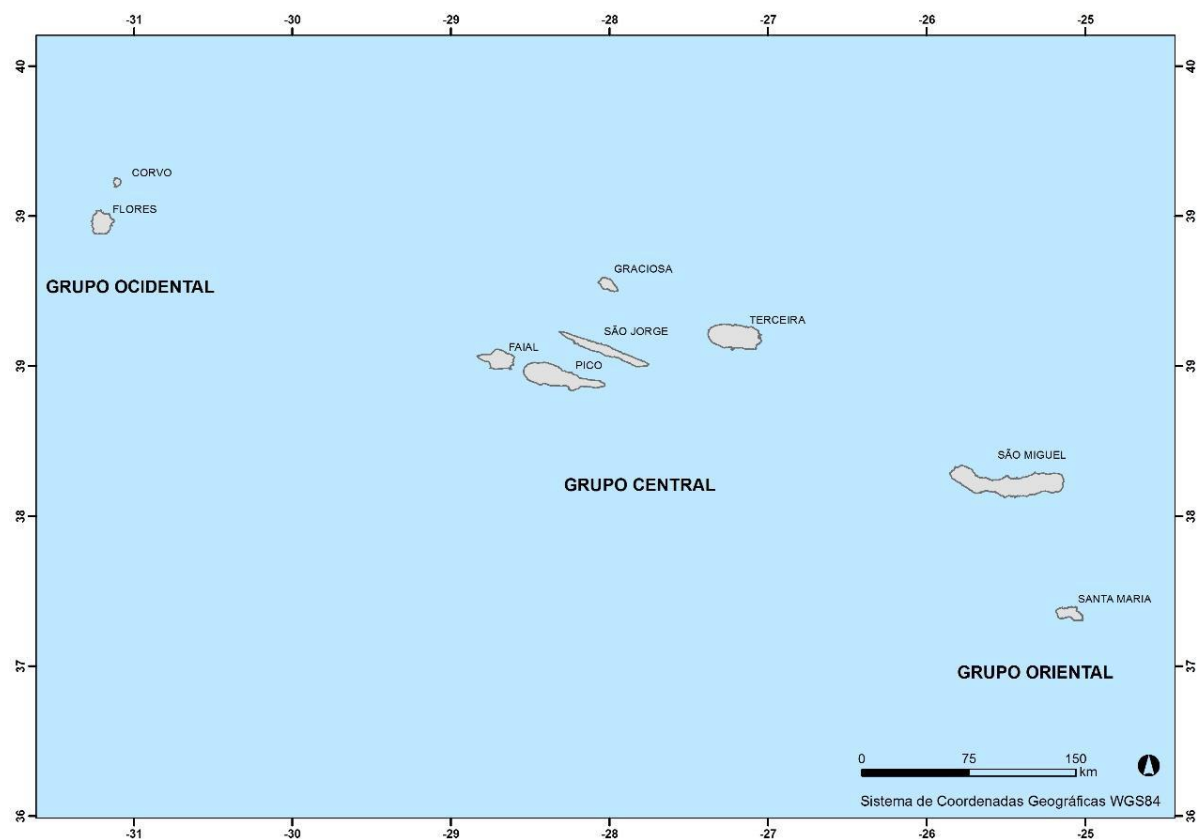
O trabalho organiza-se em oito capítulos, no primeiro capítulo é feita um contexto da tese. O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento da Região Autónoma dos Açores. O terceiro capítulo descreve alguns conceitos básicos relacionados com a proteção civil. O quarto capítulo refere o sistema de proteção civil. O quinto capítulo descreve o planeamento de emergência analisando o estado atual do planeamento. O sexto capítulo apresenta as ferramentas de apoio à proteção civil regional. O sétimo capítulo apresenta o plano supramunicipal da ilha Terceira, por fim a análise do contributo do plano supramunicipal da ilha Terceira para o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores. O desenvolvimento da tese organizou-se segundo o exemplificado na ilustração 1.



Ilustração 1 - Organização da tese

2. Enquadramento Região Autónoma dos Açores

O Arquipélago dos Açores localiza-se no Oceano Atlântico Norte, ocupando uma faixa de transição, com características climáticas subtropicais, definida pelas seguintes coordenadas geográficas (pontos extremos): entre 39° 43' 23" (Ponta Norte – ilha do Corvo) e 36° 55' 43" (Ponta do Castelo – ilha de Santa Maria) de Latitude Norte; entre 24° 46' 15" (Ilhéus das Formigas – ilha de Santa Maria) e 31° 16' 24" (Ilhéu de Monchique – ilha das Flores) de Longitude Oeste (SREA, 2008).



**Ilustração 2 - Localização do Arquipélago dos Açores e respetiva divisão por grupos geográficos.
(dados CAOP 2014)**

As ilhas dos Açores encontram-se alinhadas segundo um eixo com a orientação geral WNW-ESE, facto concordante com a disposição das principais fraturas que marcam a geodinâmica desta zona. A insularidade e o isolamento do arquipélago, considerados fatores determinantes da biogeografia regional, são confirmados pelas distâncias às costas continentais mais próximas: cerca de 1.400 km de Portugal Continental e perto

de 3.900 km da América do Norte. A separação máxima entre as ilhas atinge 600 km, aproximadamente, distância que vai do Corvo a Santa Maria. A disposição longitudinal das ilhas determina que a Subzona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores ocupe 953633 km², correspondendo a 55% e a 16% da ZEE de Portugal e da União Europeia (UE), respetivamente. Apesar do afastamento entre os Açores e a Madeira (900 km), Canárias (1.150 km) e Cabo Verde (2.200 km) e da aparente falta de relação entre o vulcanismo destas ilhas, estes arquipélagos constituem a região da Macaronésia.

No contexto do espaço europeu, os Açores são reconhecidos como uma região ultraperiférica, conjuntamente com outros territórios insulares (Madeira, Canárias, Guadalupe, Martinica e Reunião) e dos enclaves das Guianas. As condicionantes físicas destas regiões prendem-se com o isolamento geográfico, distância ao continente europeu, fragmentação territorial e escassez de recursos. O princípio da ultraperiféricidade, enquanto contingência do desenvolvimento económico e social, encontra-se consagrado no Tratado de Amesterdão, em 1997 (TUE- artigo n.º 299, n.º 2).

A superfície do Arquipélago dos Açores é de 2.322 km², representando 2,6% do território nacional (88.967 km²). Contudo, as nove ilhas exibem uma acentuada desigualdade territorial, variando entre 744,6 km² (São Miguel) e 17,1 km² (Corvo), a maior e a mais pequena parcela, respetivamente. Cinco delas apresentam dimensões intermédias: Pico (444,8 km²), Terceira (400,3 km²), São Jorge (243,7 km²), Faial (173,1 km²) e Flores (141,0 km²). As ilhas de Santa Maria (96,9 km²) e Graciosa (60,7 km²) possuem menor representatividade territorial. As três maiores, São Miguel, Terceira e Pico, correspondem a quase 70% da superfície regional.

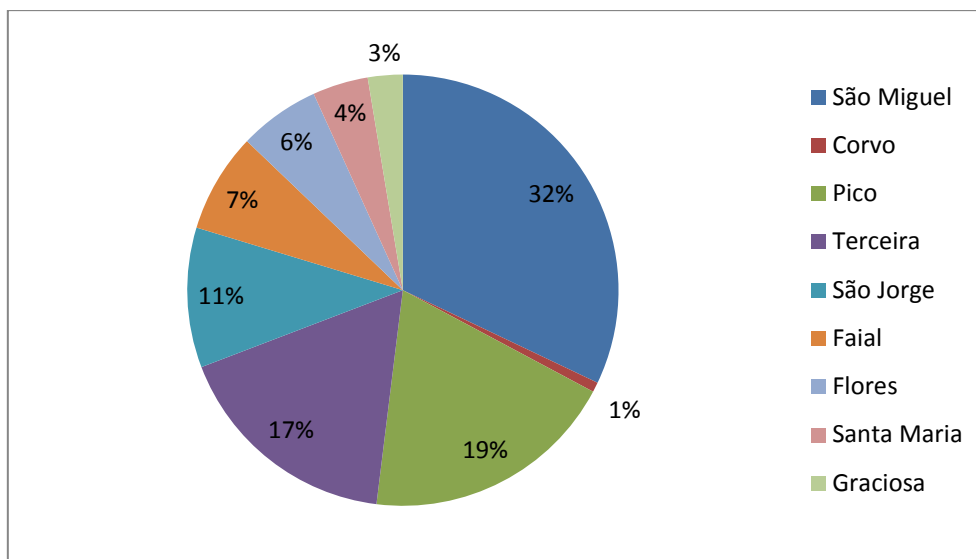


Gráfico 1 - Superfície do Arquipélago dos Açores dividido por percentagens de cada ilha

As ilhas encontram-se agrupadas atendendo à proximidade geográfica: Grupo Ocidental (Corvo e Flores); Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial); Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria). O Grupo Central distancia-se cerca de 150 km e de 240 km dos Grupos Oriental e Ocidental, respetivamente.

No que concerne à divisão administrativa, os Açores são constituídos por 19 concelhos e 156 freguesias. Como polos de desenvolvimento económico e social salienta-se a importância das cinco cidades açorianas: Ponta Delgada e Ribeira Grande em São Miguel, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória na Terceira e Horta no Faial.

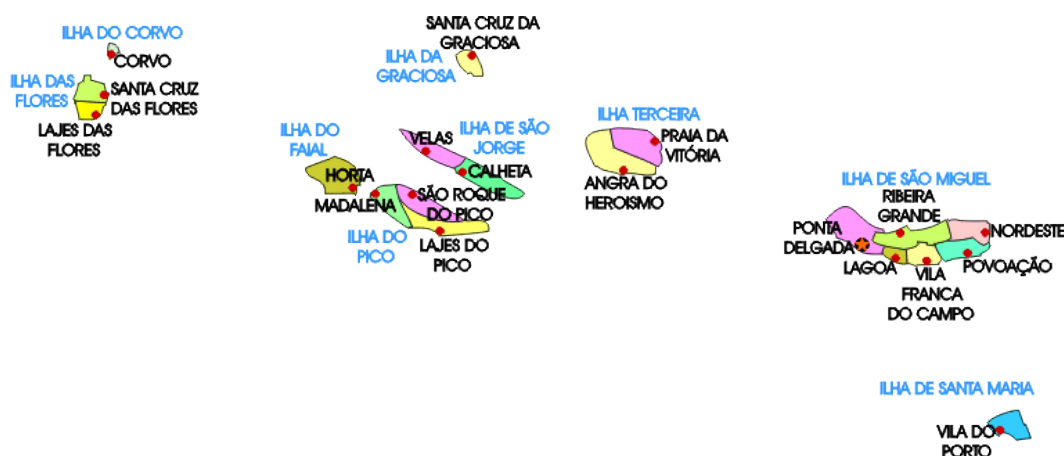


Ilustração 3 - Divisão administrativa (Retirado <http://www.ngw.nl/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/azr.htm>)

A história vulcanológica do arquipélago coloca em evidência a ocorrência de variados estilos eruptivos ao longo da construção das ilhas. A edificação de Santa Maria, São

Jorge e Pico, bem como de extensas áreas noutras ilhas, como o Faial e São Miguel, relaciona-se com atividade vulcânica dos tipos havaiana e estromboliana. Assim, podem observar-se escoadas lávicas de natureza basáltica, bem como cones de escórias, muitas vezes dispostos ao longo de alinhamentos tectónicos.

A geologia da ilha Terceira é dominada por dois vulcões centrais com caldeira, que dominam respetivamente a área central-norte da ilha (vulcão do Pico Alto) e a extremidade oeste (vulcão de Santa Bárbara). Estes aparelhos vulcânicos compósitos estão conectados mediante uma zona de vulcanismo fissural, com vários cones de escórias, e onde ocorreu a erupção histórica de 1761 (Nunes, 2000). Os materiais vulcânicos emitidos a partir desta zona fissural cobrem igualmente a área sudoeste da ilha, onde se sobrepõem aos depósitos dos vulcões centrais, com caldeira, de Guilherme Moniz, que domina o sector central-sul, e Cinco Picos.

As características hidrográficas de um território traduzem a ação conjugada de múltiplos fatores, como sejam o clima, a geomorfologia, a geologia e a ocupação do solo.

Em termos climáticos, o arquipélago dos Açores insere-se na categoria dos climas temperados quentes, sendo fortemente condicionado pela localização geográfica do território insular no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência do oceano que o rodeia. Tais fatores contribuem para uma variação térmica pouco pronunciada (variando entre um mínimo de 14°C em janeiro e um máximo de 25°C em agosto), valores elevados de humidade média relativa do ar (valores médios mensais próximo dos 80%), índice de insolação baixo (35% da média anual), chuvas frequentes e intensas e um regime de ventos fortes (média anual na ordem dos 17 km.h⁻¹). A sazonalidade do clima das ilhas dos Açores é ditada essencialmente pelo regime pluviométrico, o qual apresenta dois períodos distintos; os meses de outubro a março concentram 75% da precipitação total do ano e os restantes meses concentram 25% (PRA, 2001). A precipitação média anual é de 1930 mm, variando no arquipélago entre 966 mm/ano (Ilha Graciosa) e 2647 mm/ano (Ilha das Flores), superando de longe a evapotranspiração real média (581 mm/ano). A evapotranspiração real média varia entre 502 mm/ano (São Jorge) e 632 mm/ano (Ilha Graciosa).

A paisagem dos Açores é caracterizada, em traços gerais, pela orografia vigorosa, onde a elevada altitude está associada ao acidentado do relevo. Por sua vez, as formas de

relevo, que determinam a energia potencial do sistema hidrológico, são responsáveis, em grande parte, pela configuração assumida pelas redes de drenagem, especialmente num ambiente insular jovem onde as bacias hidrográficas são geralmente de pequena dimensão, tendo a bacia hidrográfica de maior dimensão cerca de 30 km² (bacia hidrográfica da Povoação). As altitudes máximas são bastante variáveis entre as ilhas, desde os 402 m na ilha Graciosa até aos 2351 m na ilha do Pico.

A orografia das ilhas é estruturada, sobretudo, em aparelhos vulcânicos de idade e natureza diversa, com declives acentuados, onde a rede de drenagem superficial tende a distribuir-se de forma radial, em torno dos respetivos cones, e a apresentar maior densidade de drenagem, como é o caso das bacias hidrográficas do Faial da Terra e da Ribeira Grande, ambas na ilha de São Miguel, e Ribeira Grande, na ilha das Flores (PRA, 2001), originando bacias hidrográficas mais estruturadas.

3. Conceitos gerais relacionados com Proteção Civil

Neste capítulo, pretende-se abordar os principais conceitos de proteção civil de modo a esclarecer algumas dúvidas que existam. Neste sentido identifica-se os seguintes conceitos: Perigo, Vulnerabilidade, Risco, Ciclo de Gestão da Emergências e Planeamento.

3.1 Perigo, Vulnerabilidade e Risco

O perigo (*hazard*) está relacionado com o conceito de riscos, podendo mesmo por vezes haver alguma confusão no emprego destes dois termos em alguma bibliografia.

Segundo Schwab et. al. (2007), nem todos os perigos podem ser considerados riscos. Há perigos que podem ser encarados como benéficos para o equilíbrio dinâmico do planeta, visto que este tem a enorme capacidade de se auto recuperar e restaurar depois de ser atingido por um perigo.

Os tipos de perigos naturais podem ser meteorológicos (furacões, tempestades, tornados, entre outros), hidrogeológicos (cheias, secas e incêndios florestais), geológicos (sismos, erupções vulcânicas, tsunamis, movimento de vertentes, entre outros) e cósmicos (meteoritos).

Os perigos naturais podem ser classificados consoante o seu grau de destruição, através de parâmetros físicos como a intensidade e gravidade/magnitude.

O risco por sua vez pode ser traduzido pela equação:

$$\text{Riscos} = \text{Perigo} \times \text{Vulnerabilidade}$$

Resulta do local onde ocorre o perigo, se este é habitado ou tem estruturas passíveis a serem destruídas e de existirem perdas de valor, vidas ou bens.

A análise do risco inicia-se com a identificação e caracterização dos perigos que potencialmente afetam o território, ou seja a identificação dos perigos deverá explicitar os critérios de seleção utilizados, zonas e grupos populacionais vulneráveis, as fontes de informação ou métodos de levantamento de dados e a cronologia de eventos históricos. Feita a identificação dos perigos, será necessário efetuar a análise dos riscos e dimensionar a respetiva mitigação, identificar os níveis aceitáveis e as medidas de prevenção e proteção, bem como as medidas de avaliação.

A caracterização de riscos deve preferencialmente ser quantitativa/qualitativa e descritiva.

O parâmetro vulnerabilidade pode ser compreendido como o valor aproximado em percentagem da população e bens que estão expostos aos danos ou estragos provocados pelo perigo (Schwab et. al., 2007).

A vulnerabilidade pode ainda ser entendida como a susceptibilidade dos valores expostos ao risco. O termo vulnerabilidade aparece muitas vezes associado ao termo resiliência que segundo Manyena (2006) pode ser entendido como a capacidade de recuperação após um evento catastrófico, ultrapassando os danos sofridos e regressando à normalidade com maior brevidade possível. A vulnerabilidade pode ainda ser entendida como o grau de susceptibilidade/resistência dos sistemas socioeconómicos face ao perigo. Pode ser determinada pela combinação de vários fatores como a consciencialização dos perigos, condições das infraestruturas políticas públicas e administrativas, riqueza do país, entre outros (Schwab et al., 2007).

Alguns autores como Ragozin (1994) falam ainda de grau de vulnerabilidade. A definição do grau de vulnerabilidade permite quantificar o grau de ameaça de um determinado perigo na sociedade (Malheiro, 2002) e deve ser calculado antes de ser implementado qualquer programa de mitigação.

Segundo Ragozin (1994) pode-se expressar o grau de vulnerabilidade através da expressão:

$$D(a) = V(A) \times Dt(A)$$

Em que (A) são os danos prováveis resultantes de um determinado evento negativo designado por A, expresso em número de habitantes, objetos ou valor das propriedades existentes na área.

V (A) é o grau de vulnerabilidade para um evento designado por A com uma determinada magnitude.

Dt (A) são os danos totais condicionados para um evento designado por A, igual ao número de indivíduos e de objetos expostos ao perigo, ou o custo total de todos os elementos presentes na zona afetada.

Segundo Fournier d'Albe (1979), o termo valor pode ser definido com a quantificação das perdas como o número de vidas perdidas, valor económico dos bens perdidos, entre outros.

3.2 Ciclo de Gestão da Emergência

São muitos os autores que descrevem o Ciclo de Gestão da Emergência ou também conhecido como o ciclo da gestão da catástrofe, sendo eles Tiemey, et al., (2001), Lindell, et al., (2005,2006), Renn, (2006), Haddow, et al., (2008) e Schwab, et al., (2007).

O Ciclo de Gestão da Emergência compreende quatro fases: a prevenção/mitigação, preparação, resposta e reabilitação/recuperação.

O Ciclo de Gestão da Emergência distingue dois tempos de atuação: tempo de quietação durante o qual devem ser preparados os aspetos relativos à prevenção/mitigação e preparação, e tempo de ação onde as etapas de resposta e de reabilitação/recuperação são programadas em antevisão no plano de emergência.

Os tempos de ação, que correspondem ao pós-acidente/catástrofe e à fase de resposta e reabilitação/recuperação, têm um sentido de urgência e de necessidade de reação rápida no sentido do socorro, mas também de minorar os efeitos, através da resposta rápida e eficiente no sentido de prevenir a deterioração da situação de catástrofe para situação de crise social, isto é prevenir o prolongamento das situações de perda, de carência ou mesmo a manifestação de conflitos latentes.

Nas fases do Ciclo de Gestão da Emergência que se desenvolvem no tempo de quietação, as atividades de prevenção/mitigação e preparação, incluem as atividades relacionadas com a análise de riscos e vulnerabilidades bem como a definição/adoção de medidas para sua redução e a implementação das medidas determinadas como necessárias à redução do impacto de uma catástrofe, isto é, o desenvolvimento das ações que reduzam ou eliminem o risco de ocorrência de uma catástrofe que afete as populações, bens e/ou meio ambiente. Esta é uma etapa crucial no planeamento a médio-longo prazo.

Em tempo de ação a resposta corresponde a todas as medidas tomadas imediatamente após o acidente grave e/ou catástrofe.

Em tempo de ação a reabilitação/recuperação corresponde à adoção de medidas para o restabelecimento e recuperação das condições normais de funcionamento social.

Esta dinâmica do Ciclo de Gestão da Emergências, deve ser refletida no planeamento de emergência.

O plano de emergência, sendo um instrumento de atuação em situação de acidente grave e/ou catástrofe tem por isso um potencial residente de imantar medidas preventivas através da relação institucional e protocolar firmada para fins de gestão da situação de emergência e reposição das condições de normalidade.



Ilustração 4 – Ciclo de Gestão da Emergência

3.3 Planeamento

O planeamento é um processo complexo, no qual se definem, testam e se colocam em prática medidas, normas, missões e procedimentos que irão ser aplicados na resposta a um acidente grave e/ou catástrofe.

A nível temporal existem dois tipos de planeamento, o planeamento a longo prazo e o curto prazo.

Segundo Alexander (2002), o planeamento a longo prazo permite avaliar com maior precisão os danos provocados pelo evento anterior e preparar os meios e recursos para a resposta do próximo evento. O planeamento a longo prazo pressupõe o estudo

mais aprofundado de três fases da gestão da emergência, a reconstrução, a mitigação e a preparação. A preparação ao longo prazo implica o uso do conceito de predição (afirmar com base em dados científicos o local e magnitude de evento futuro) do que virá eventualmente ser preciso.

Por outro lado, o planeamento a curto prazo lida com situações bem definidas em que existem várias imposições como o número de recursos e meios disponíveis. Neste tipo de planeamento não há forma de melhorar determinadas medidas, normas e procedimentos e torná-los mais eficientes, visto que o planeamento a curto prazo sobrepõe-se com o decorrer da crise, existindo constrangimentos na recolha de informações e análise da mesma. Os planos a curto prazo garantem a mobilização rápida dos recursos disponíveis de forma eficiente no que respeita às necessidades imediatas.

Os vários planos dividem-se em dois tipos: em planos gerais, que abrangem um grande número de situações de emergência (Anderson, 2006); e os planos especiais quando a ocorrência no espaço e no tempo pode ser previsível e com elevada probabilidade.

Por outro lado, os planos podem ser classificados de acordo com o modelo territorial adotando assim quatro escalões: nacional, regional, distrital e municipal.

Importa por fim referir relativamente aos riscos que a nível internacional foram emanadas algumas estratégias, medidas e orientações que seguem uma linha em comum. Estas funcionam quase como uma medida universal para a redução do risco. Analisando as orientações produzidas pelo *The United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNISDR, 2005), nomeadamente o quadro de ação de Hyogo, quando que define um plano de ação para uma década com o principal objetivo de proteger o planeta contra os efeitos de eventos naturais extremos, as principais prioridades, descritas de uma forma geral e simples (ANPC, 2009) que cada país deve adotar são:

- Assegurar que a redução dos riscos num determinado país deve ser uma prioridade nacional;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos;
- Promover e apoiar a troca de informações e a coordenação de sistemas de alerta precoce;
- Reduzir os fatores de risco, através de por exemplo atualizações de políticas locais, regionais e nacionais, entre outros;

- Reforçar a preparação da resposta a emergência, nomeadamente a elaboração de planos de contingência, promover exercícios (treino e evacuações) com alguma regularidade, criar fundos de emergência, criar programas de consciencialização e redução do risco em que a população participe ativamente, entre outros.

Segundo Ribeiro (2013) o tema do planeamento de emergência é, desde logo, um desafio e uma oportunidade para se poder refletir em torno de um processo que, reunindo uma quase unanimidade em relação à sua importância no setor da proteção civil, ainda evidencia amplas e significativas carências. Em primeiro lugar, poder-se-ia começar por estabelecer a distinção entre planeamento e planos, tantas vezes confundidos com as inerentes consequências ao nível da organização, preparação e reposta de emergência. Se, como é comumente aceite, os planos são documentos formais, o planeamento é um processo que não se esgota nos planos. Esta distinção é decisiva para o modo como se encara esta e outras atividades da nossa existência e, por maioria de razão, para a segurança e a proteção civil.

Na Região Autónoma dos Açores é necessário a consciencialização da importância do planeamento de emergência e consequente adaptação das políticas nacionais.

4. Proteção Civil

A Proteção Civil, como atividades permanente e de enorme importância para garantir a segurança do território e dos cidadãos face aos riscos, tem-se tornado alvo de um processo unificador de diferentes grupos da sociedade. Amaro (2008) questiona a perceção da partilha de responsabilidade entre os cidadãos, empresas, municípios, governo, comunicação social, organizações da economia local, nas principais dimensões de Proteção Civil, que são a prevenção, a proteção e a preparação para a emergência.

4.1 Proteção Civil a Nível Mundial

Nos Estados Unidos, a *Federal Emergency Management Agency* (FEMA, 2009), relata que o conceito da Gestão da Emergência terá tido início na lei do Congresso de 1803. Este ato é consensualmente considerado a primeira peça da legislação sobre acidentes graves, desde o auxílio a cidade de New Hampshire após um extenso incêndio. No século que seguiu, a legislação em resposta a catástrofes foi aprovada mais de 100 vezes. Na década de 1940, a atenção passou a estar centrada sobre a defesa civil. Naquela época, a maioria das atividades foram concentradas nas zonas costeiras dos Estados Unidos para a deteção de aeronaves inimigas e invasão costeira.

Numa outra vertente, as primeiras ações tendo em vista a defesa da população foram realizadas nos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

O conceito, a função social e a política de Proteção Civil desenvolveram-se significativamente no continente Europeu durante a II Guerra Mundial, tendo-se reforçado a respetiva organização e meios operacionais através das tarefas de reconstrução inerentes ao pós-guerra, tal como pode ser comprovado pelo conteúdo programático das Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativas à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e não internacionais.

A Defesa Civil do Brasil (2009), refere que o primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra que após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, quando foram lançadas milhares de toneladas de bombas sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, causando milhares de perdas de vidas na população civil, institui a CIVIL DEFENSE (Defesa Civil).

Nos anos 1950 e os anos 1960, "a Guerra-fria" entre a União Soviética e os Estados Unidos forneceu deveres adicionais e responsabilidades. A ameaça da guerra atômica resultou nas agências de Defesa Civil que tinham a função de fornecer informação para a sobrevivência a um ataque atômico.

Hoje, em todo o mundo, a Proteção Civil, organiza-se em sistemas abertos com a participação dos governos locais e a população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos acidentes graves.

4.2 Proteção Civil em Portugal

No último grande conflito que varreu a Europa e o Mundo (2ª Guerra Mundial) a maioria dos estados foi confrontado com enormes fragilidades no que respeita à proteção e segurança das populações. Pela primeira vez na história, as populações indefesas, longe dos teatros convencionais de guerra, sentiram na pele a brutalidade dos efeitos da guerra.

Foi na necessidade da proteção do seu povo, que em Portugal em 1942 pelo Decreto-Lei de 2/4/1942 que fica definido que a Defesa Civil do Território se destinava a assegurar o regular funcionamento, em tempo de guerra ou de grave emergência, das atividades nacionais e, são definidos seis pontos essenciais:

- A defesa das populações e da riqueza pública contra ataques aéreos;
- A guarda das comunicações, das obras de arte, dos centros vitais de qualquer natureza contra ataques da aviação inimiga;
- A guarda ou inutilização nas zonas de retaguarda e do interior de tudo o que possa ser útil ao inimigo;
- A inutilização de tentativas de destruição dos bens públicos por parte dos agitadores estrangeiros ou nacionais;
- A vigilância das atividades exercidas por estrangeiros, normal ou eventualmente residentes, e por nacionais, atentatórias da segurança militar do território;
- A preparação moral da Nação para a guerra no sentido de fortalecer o espírito de vitalidade e de resistência da população e a coesão nacional em face de perigo.

A Legião Portuguesa recebeu a missão de coordenar a Defesa Civil do Território.

Até 1936 Salazar (Rodrigues, 1996) manifestava a relutância em aceitar a criação de qualquer movimento miliciano, contudo a conjuntura internacional e o constante agitar da ideia de «ameaça comunista» vieram conferir a nível interno um novo peso aos sectores sociais e políticos situados mais à direita do regime salazarista.

É neste novo peso e nesta renovada pressão da direita radical que se encontra parte da explicação do surgimento da Legião Portuguesa: se, por um lado, a Legião foi uma milícia autorizada governamentalmente e organizada, sob o ponto de vista administrativo, numa estreita dependência governamental, por outro, na base da sua criação estiveram, sem dúvida, os desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional-sindicalismo.

A Legião Portuguesa foi fundada por proposta de J. Botelho Moniz e é criada oficialmente pelo Decreto-Lei n.º 27 058 de 30 de setembro de 1936, na sequência de ideias favoráveis à criação de uma instituição cujo objetivo seria defender o património espiritual da Nação e da ameaça comunista.

No decorrer da II Guerra Mundial, em abril de 1942, é atribuída à Legião Portuguesa importante responsabilidade na organização da Defesa Civil do Território. Tinham por objetivo prestar socorro às vítimas de ataque aéreo e colaborar com todos os serviços de socorro já existentes, ou que posteriormente viessem a ser criados; colaboravam em caso de guerra com os Serviços Militares e, em tempo de paz com as organizações e autoridades superiores no estudo e organização de medidas defensivas. Estavam também previstas atividades de intensa propaganda em todo o território português, no sentido de vulgarizar os conhecimentos indispensáveis sobre Defesa Passiva.

A Legião Portuguesa foi extinta em 1974, na sequência da Revolução de 25 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril.

A extinção da Legião Portuguesa e da Organização Nacional da Defesa Civil do Território, foram executadas pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril, às quais no regime anterior, estavam atribuídos os meios de ação e os fundos então disponíveis para o efeito, e torna-se urgente atribuí-los à nova entidade.

Tendo em atenção que o conjunto de disposições legais promulgadas depois do 25 de abril de 1974, tornou implicitamente obsoleta o Decreto-Lei de 2/4/1942 (que haja

posto em vigor as bases da organização da “Defesa Civil do Território” a partir de um modelo orgânico e jurídico-administrativo alicerçado essencialmente nas Forças Armadas e sob a superior direção do Ministro da Defesa Nacional), deixando também desprovido o país de uma entidade administradora da proteção civil e atribuiu a sua orientação, planeamento e coordenação ao Ministério da Defesa Nacional.

Com base no que foi referido antes, o atual Sistema de Proteção Civil teve início em 1975 com a publicação do Decreto-Lei n.º 78/75, de 22 de fevereiro, que criou na dependência do Ministério da Defesa Nacional o Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC).

Esse Decreto-Lei surge essencialmente devido à extinção da Legião Portuguesa e a inexistência de uma entidade administradora da proteção civil.

Até essa altura e estava-se no ano de 1975, apenas com o Decreto-Lei n.º 78/75, de 22 de fevereiro, surge o termo catástrofes naturais, não havendo referência aos chamados Riscos Tecnológicos ou Sociais.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 78/75, de 22 de fevereiro, o Serviço Nacional de Proteção Civil tem por objetivo preparar as medidas de proteção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos que impendem sobre a população civil nacional, causados por catástrofes naturais ou emergências imputáveis à guerra, ou por tudo que represente ameaça ou destruição dos bens públicos, privados e recursos naturais repartidos pelo território nacional.

Destacaremos do diploma (*Summavielle*, 1993) as afirmações de que tal serviço deve apoiar-se na espontânea vontade dos cidadãos se entre ajudarem, servirá, também, para limitar os riscos em tudo o que represente ameaça ou destruição de recursos naturais e deverá ter um carácter profundamente regional, articulando-se segundo a organização administrativa do País.

Foi então criada, no Ministério da Defesa Nacional a Comissão Instaladora do Serviço Nacional de Proteção Civil (CISNPC), com a atribuição das seguintes funções:

- Colaborar na elaboração dos diplomas legais sobre a estrutura do Serviço Nacional de Proteção Civil e a sua conveniente regulamentação;
- Receber e administrar o material afeto à extinta Defesa Civil do Território;
- Desempenhar provisoriamente as funções de direção e coordenação dos serviços e organizações de socorro que, de acordo com a legislação a estudar,

forem progressivamente passando para âmbito do Ministério da Defesa Nacional para serem integrados no Serviço Nacional de Proteção Civil.

Em 25 de outubro de 1980, surge o Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de outubro, que estrutura e regulamenta a nível nacional, o Serviço de Proteção Civil. Este Decreto-Lei cria a “divisão de avaliação de riscos” em que uma das suas funções é a promoção do estudo e a avaliação dos riscos naturais, industriais e outros. Pela primeira vez (*Summavielle*, 1993), se refere a criação de estruturas locais e se estipula mesmo a ajuda mútua entre autarquias e regiões.

4.3 Autoridade Nacional de Proteção Civil

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) é um serviço central, da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Tem por missão planear, coordenar e executar a política de proteção civil, designadamente na prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, de proteção e socorro de populações e de superintendência da atividade dos bombeiros, bem como assegurar o planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra.

A ANPC prossegue as seguintes atribuições no âmbito da previsão e gestão de risco e planeamento de emergência:

- Assegurar e apoiar a atividade de planeamento de emergência de proteção civil para fazer face, em particular, a situações de acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a atividade de planeamento civil de emergência para fazer face, em particular, a situações de crise ou guerra;
- Contribuir para a definição da política nacional de planeamento civil de emergência, em articulação com serviços públicos ou privados que desempenham missões relacionadas com esta atividade;
- Promover o levantamento, previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Organizar um sistema nacional de alerta e aviso;
- Proceder à regulamentação e assegurar a implementação do regime jurídico da

segurança contra incêndios em edifícios.

A Autoridade Nacional de Proteção Civil prossegue as seguintes atribuições no âmbito da atividade de proteção e socorro:

- Garantir a continuidade orgânica e territorial do sistema de comando de operações de socorro;
- Acompanhar todas as operações de proteção e socorro, nos âmbitos local e regional autónomo, prevendo a necessidade de intervenção de meios complementares;
- Planear e garantir a utilização, nos termos da lei, dos meios públicos e privados disponíveis para fazer face a situações de acidente grave e catástrofe;
- Garantir a disponibilidade dos meios aéreos necessários ao desempenho das atribuições cometidas ao Ministério da Administração Interna;
- Assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro.

Prossegue as seguintes atribuições no âmbito das atividades dos bombeiros:

- Orientar, coordenar e fiscalizar a atividade dos corpos de bombeiros;
- Promover e incentivar a participação das populações no voluntariado e todas as formas de auxílio na missão das associações humanitárias de bombeiros e dos corpos de bombeiros;
- Assegurar a realização de formação dos bombeiros portugueses e promover o aperfeiçoamento operacional do pessoal dos corpos de bombeiros;
- Assegurar a prevenção sanitária, a higiene e a segurança do pessoal dos corpos de bombeiros bem como a investigação de acidentes em ações de socorro.

A ANPC prossegue as seguintes atribuições no âmbito dos recursos de proteção civil:

- Contribuir para a requalificação, reequipamento e reabilitação dos equipamentos e infraestruturas dos corpos de bombeiros;
- Apoiar as atividades das Associações Humanitárias de Bombeiros, da Escola Nacional de Bombeiros e de outras entidades que desenvolvem a sua atividade no âmbito da proteção e socorro, nomeadamente através de transferências, no limite de dotações inscritas no seu orçamento;
- Garantir a administração e a manutenção da infraestrutura das redes de

telecomunicações de emergência em exploração pela ANPC e pelos corpos de bombeiros, sem prejuízo das atribuições da Secretaria -Geral do Ministério da Administração Interna;

- Assegurar os meios necessários às operações de proteção e socorro;
- Dotar as forças especiais de bombeiros dos meios e recursos necessários à sua operacionalidade.

A ANPC tem ainda por missão promover a aplicação e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições.

4.4 Serviço Regional de Proteção Civil Madeira

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, abreviadamente designado por SRPC, IP-RAM, é um instituto público integrado na administração indireta da Região, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O SRPC, IP-RAM tem por missão prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens. São ainda atribuições genéricas do SRPC, IP-RAM orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção civil e socorro.

Compete em especial ao SRPC, IP-RAM:

- Definir modelos, conceitos, procedimentos, uniformizar critérios e assegurar a realização de ações de formação e qualificação profissional e de índole organizacional, quer no âmbito teórico quer de carácter operacional, adequadas à prossecução das respetivas atribuições;
- Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos corpos de bombeiros e prestar-lhes o apoio necessário ao desenvolvimento das respetivas atividades;
- Estabelecer e desenvolver a cooperação com as estruturas, serviços e organizações nacionais e internacionais no âmbito do socorro, emergência e proteção civil;
- Proceder à elaboração do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM;

- Decidir sobre a oportunidade, tipo e extensão da intervenção de qualquer agente de proteção civil em caso de iminência, ou ocorrência de incidente ou acidente que motive a sua ação, constituindo-se como entidade coordenadora da ação de proteção civil e socorro na RAM;
- Organizar um sistema regional de aviso e alerta que integre os diversos serviços especializados e assegure a informação necessária à população;
- Emitir parecer sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar que visem questões de socorro, emergência e proteção civil e propor medidas de idêntica natureza sobre as mesmas matérias;
- Instruir e submeter a homologação do membro do Governo Regional que tutela o SRPC, IP-RAM a criação de novos corpos de bombeiros voluntários, mistos e privativos e respetiva estrutura organizativa, promovendo e incentivando todas as formas de apoio à respetiva missão;
- Promover, em coordenação com entidades tecnicamente credenciadas, o levantamento, previsão e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios e recintos da Região, nos termos da lei;
- Desenvolver ações pedagógicas e informativas de sensibilização das populações, visando a proteção e o fomento da solidariedade;
- Promover o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Fomentar o espírito de voluntariado com vista à participação das populações na prevenção e combate a incêndios, bem como noutras formas de socorro;
- Colaborar com outros organismos e entidades em matérias relacionadas com a proteção civil, designadamente quanto ao funcionamento eficaz e coordenado, a nível regional, do número europeu de emergência (112);
- Apoiar técnica e financeiramente as associações humanitárias de bombeiros e outras instituições que mantenham corpos de intervenção operacional na área do socorro e emergência, devidamente homologados e que, nos termos da lei, sejam considerados agentes de proteção civil ou com estes especialmente cooperem;

- Coordenar as ações de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com a autoridade marítima, no âmbito do sistema de busca e salvamento marítimo, sem prejuízo das competências atribuídas a esta autoridade;
- Exercer as demais atribuições previstas na lei ou em regulamento.

São atribuições do SRPC, IP-RAM no âmbito da emergência médica pré-hospitalar:

- Definir, organizar, coordenar, avaliar e fiscalizar as atividades de socorro de emergência pré-hospitalar, nas suas vertentes medicalizada e não medicalizada;
- Assegurar o acompanhamento e aconselhamento das chamadas com pedidos de socorro de emergência médica;
- Coordenar o acionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar;
- Assegurar a prestação do socorro medicalizado de emergência pré-hospitalar e orientar e coordenar a prestação do socorro não medicalizado concomitante;
- Promover e coordenar a formação a todo o pessoal indispensável às ações de emergência médica pré-hospitalar;
- Promover e coordenar a articulação do socorro de emergência pré-hospitalar com os serviços de urgência;
- Assegurar, quando solicitado, o acompanhamento no transporte de doentes críticos de e para fora da Região;
- Orientar a atuação coordenada dos agentes de saúde nas situações de acidente grave ou catástrofe;
- Desenvolver ações de sensibilização e informação aos cidadãos no que respeita ao socorro em geral e em especial à emergência pré-hospitalar;
- Exercer as atribuições que a lei lhe confere no domínio da atividade de transporte de doentes, designadamente no âmbito do licenciamento e fiscalização.

Enquanto autoridade técnica regional, são ainda atribuições do SRPC, IP-RAM:

- Inspecionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de proteção civil dos corpos de bombeiros, da coluna de socorro da Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa e do Corpo Operacional do Sanas
- Madeira;

- Promover, ao nível regional, a elaboração de estudos e planos de emergência especiais;
- Emitir parecer sobre os planos de emergência de âmbito municipal;
- Fomentar e apoiar atividades em todos os domínios em que se desenvolve a proteção civil, nomeadamente facultando apoio técnico ou financeiro compatível com as suas disponibilidades, no âmbito do respetivo plano anual de atividades;
- Assegurar a realização de ações de formação e de aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua de conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros, da coluna de socorro da Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa e do Corpo Operacional do Sanas Madeira;
- Exercer a ação tutelar sobre os corpos de bombeiros, nomeadamente definindo o dispositivo e as respetivas áreas de intervenção e zelando pela observância das leis e regulamentos em vigor;
- Promover e incentivar todas as formas de auxílio ao cabal exercício da missão dos corpos de bombeiros e demais organizações que, na área do socorro e da emergência, integram o Dispositivo de Resposta Operacional da Região Autónoma da Madeira.

4.5 Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores

O Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores (SRPCBA) foi criado em 1984, no seguimento do sismo de 1 de janeiro de 1980.

Em 1987 foi publicado o Decreto Regulamentar Regional que aprovou a sua orgânica.

Existia na altura, o Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores e a Inspeção Regional de Bombeiros dos Açores.

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, adiante designado abreviadamente por SRPCBA, é dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

São atribuições do SRPCBA orientar, coordenar e fiscalizar, a nível da Região Autónoma dos Açores, as atividades de proteção civil e dos corpos de bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência

médica, de forma a garantir, aos sinistrados ou vítimas de doença súbita, a pronta e correta prestação de cuidados de saúde.

O SRPCBA assegura o desempenho das atribuições e competências cometidas à administração regional dos Açores no âmbito da proteção civil, dos bombeiros e do transporte terrestre de doentes. Compete ao SRPCBA decidir da oportunidade, do tipo e da extensão da intervenção de qualquer agente de proteção civil em caso de iminência ou ocorrência de qualquer facto ou acontecimento susceptível de desencadear a sua ação.

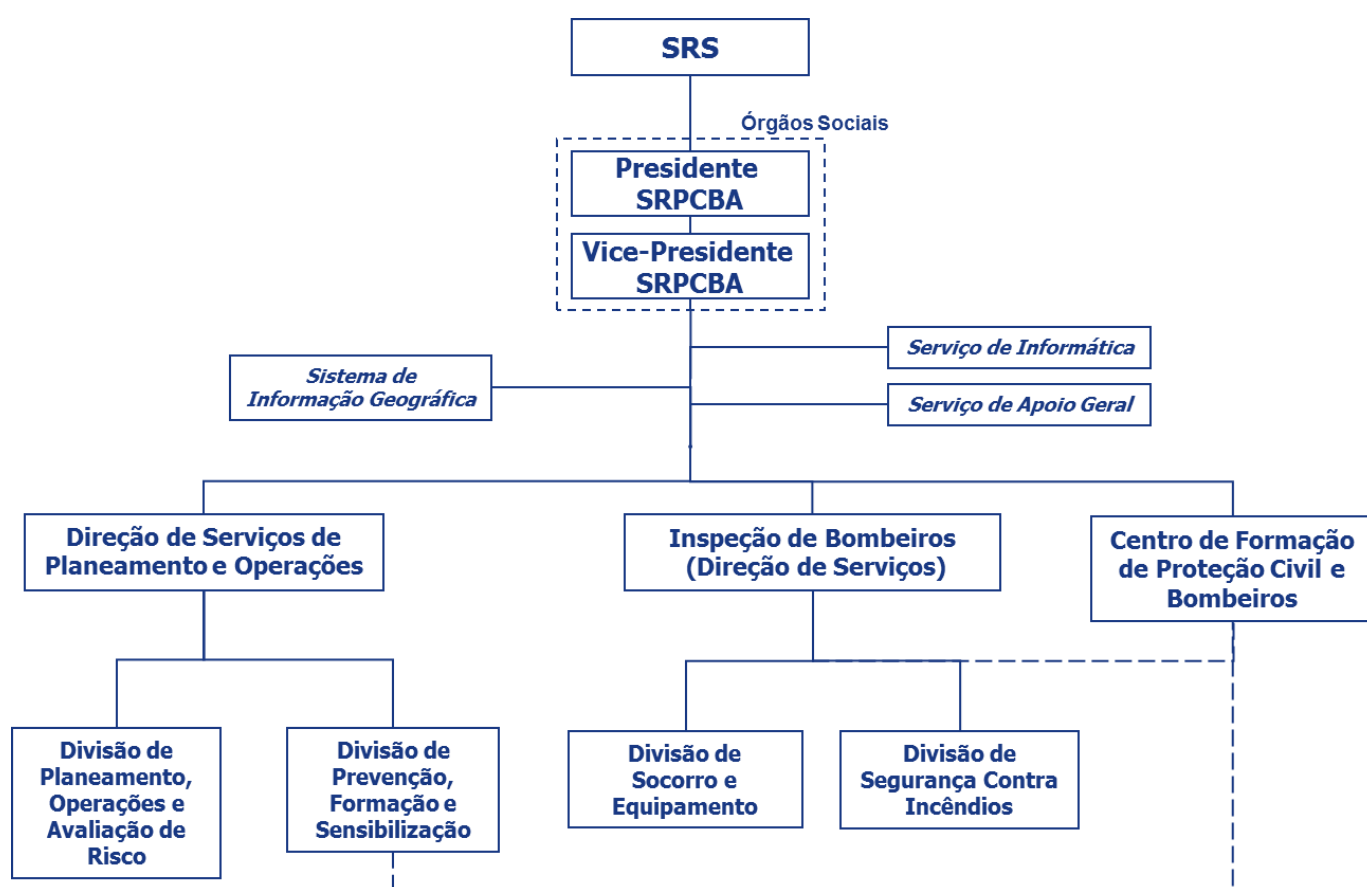


Ilustração 5 - Organograma SRPCBA

5. Planeamento de Emergência

A Proteção Civil, como atividade permanente e de enorme importância para garantir a segurança do território e dos cidadãos face aos riscos, tem-se tornado alvo de um processo unificador de diferentes grupos da sociedade. Amaro (2008) questiona a perceção da partilha de responsabilidade entre os cidadãos, empresas, municípios, governo, comunicação social, organizações da economia local, nas principais dimensões de Proteção Civil, que são a prevenção, a proteção e a preparação para a emergência. Apesar da crescente consciencialização do dever de todos para um melhor cumprimento do exercício da prevenção do risco, cabe ao Estado regular e orientar as estratégias que visem por em prática uma adequada preparação para enfrentar os perigos, bem como os processos de resposta e recuperação, ordenando a elaboração de planos específicos, reunindo todos os meios e intervenientes necessários, e ainda sensibilizando e treinando a população. É aqui que entra a Proteção Civil, com todas as competências que lhe são reconhecidas, nomeadamente ao nível do planeamento (através da elaboração de planos) e resposta a situações de emergência.

Em Portugal os planos de emergência municipal foram os primeiros planos de emergência que surgiram, após a criação dos centros e gabinetes de proteção civil em 1979 e cuja autoridade política era assumida ao nível distrital, pelo governador civil (Resolução n.º 340/79 do Conselho de Ministros).

Na década de 90, especialmente a partir de 1994, com a aprovação do Plano Nacional de Emergência (PNE) e da diretiva para a elaboração dos planos de emergência, assiste-se à primeira vaga de planos municipais de emergência, planos distritais, regionais de emergência ainda incipientes, resultantes da necessidade da aplicação da legislação em vigor. Estes tiveram uma função útil no exercício de definição das preocupações dos Serviços Municipais de Proteção Civil, alguns dos quais constituídos com dificuldade de afirmação da sua necessidade.

A diretiva de planeamento de emergência resulta como um instrumento regulador dos planos de emergência, da responsabilidade da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), órgão responsável pela assessoria técnica e coordenação operacional do sistema de proteção civil.

O plano de emergência surge nesta legislação como instrumento de apoio essencial na definição das ações de socorro às populações e no qual se encontram as normas, os procedimentos, meios e recursos para esta atuação. A sua elaboração é uma das atribuições da competência da proteção civil. A diretiva contém na sua estrutura três pontos essenciais nesta matéria:

- A definição dos tipos de planos, dividindo-os em planos gerais, para enfrentar a generalidade das situações de emergência e os planos especiais quando a ocorrência no espaço e no tempo seja previsível com elevada probabilidade.
- A garantia de articulação dos diferentes planos entre si o que se pode fazer pela homogeneidade do articulado, da terminologia e do conteúdo;
- Em anexo, contem em pormenor os itens que devem ser considerados no conteúdo dos planos de emergência, documento que se organiza nos aspetos gerais, no corpo de plano, e nos aspetos de pormenor em anexos e apêndices.

Os planos de emergência de proteção civil consistem, segundo a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, em *“documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil”*. Esta resolução ditou a revisão dos antigos planos, realçando a operacionalidade dos mesmos.

Os planos de emergência de proteção civil variam no seu propósito e abrangência territorial, e consequentemente, na sua designação. Assim sendo, verifica-se a existência dos seguintes tipos de planos:

- Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;
- Plano (Regional, Distrital ou Municipal) de Emergência de Proteção Civil de (nome da Região Autónoma, distrito ou município);
- Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para (tipo de risco) em (área a que se refere).

A elaboração dos planos de emergência de abrangência nacional cabe à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), enquanto os de abrangência regional são produzidos pelos serviços regionais de proteção civil das respetivas regiões. As câmaras municipais têm a seu cargo a elaboração dos planos de cobertura municipal, enquanto os planos especiais podem ser elaborados por entidades de diferentes

escalões hierárquicos, dependendo da abrangência territorial de um plano dedicado a um risco específico.

Ao nível particular das Regiões Autónomas, os PMEPC são também elaborados pelas câmaras municipais, mas ao invés de ocorrer uma aprovação em sede nacional (como acontece no território continental), esta dá-se nos Governos Regionais, na sua figura que tutela a proteção civil, após os pareceres prévios da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e do Serviço Regional de Proteção Civil (SRPC). No caso da Região Autónoma dos Açores (RAA), região onde se insere o caso de estudo desta dissertação, é ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) que compete o último parecer antes da aprovação dos planos em sede de Governo Regional e da tomada de conhecimento por parte da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

5.1 Comissões de Proteção Civil

A Lei de Bases de Proteção Civil prevê a existência de Comissões de Proteção Civil para os diferentes níveis do sistema.

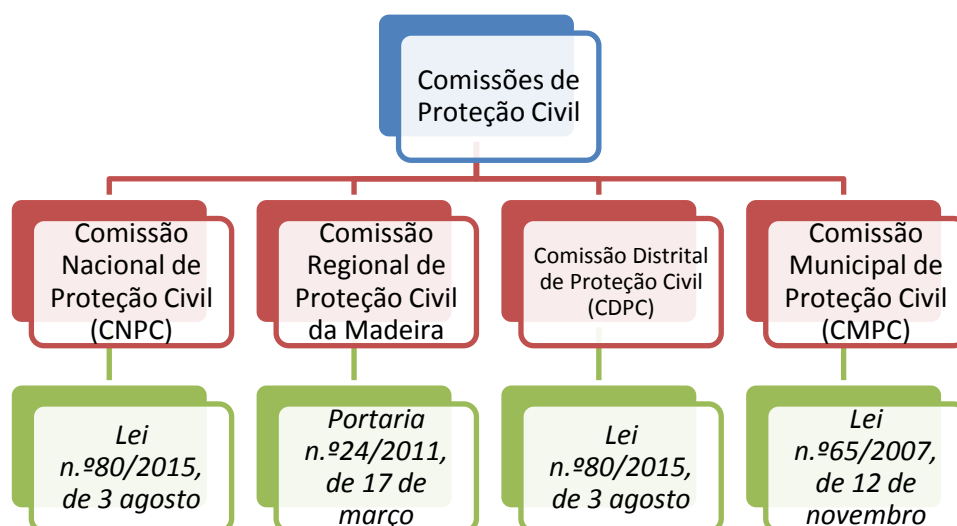


Ilustração 6 - Comissões de Proteção Civil

A Comissão Proteção Civil é um órgão de coordenação em matéria de Proteção Civil, competindo-lhe:

- Garantir a concretização das linhas gerais da política governamental de proteção civil em todos os serviços da administração;
- Apreciar as bases gerais da organização e do funcionamento dos organismos e serviços que, direta ou indiretamente, desempenhem funções de proteção civil;
- Apreciar os planos de emergência;
- Adotar mecanismos de colaboração institucional entre todos os organismos e serviços com responsabilidades no domínio da proteção civil, bem como formas de coordenação técnica e operacional da atividade por aqueles desenvolvidos, no âmbito específico das respetivas atribuições estatutárias;
- Proceder ao reconhecimento dos critérios e normas técnicas sobre a organização do inventário de recursos e meios, públicos e privados, mobilizáveis, em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Definir as prioridades e objetivos a estabelecer com vista ao escalonamento de esforços dos organismos e estruturas com responsabilidades no domínio da proteção civil, relativamente à sua preparação e participação em tarefas comuns de proteção civil;
- Aprovar e acompanhar as iniciativas públicas tendentes à divulgação das finalidades da proteção civil e à sensibilização dos cidadãos para a autoproteção e para a colaboração a prestar aos organismos e agentes que exercem aquela atividade;
- Apreciar e aprovar as formas de cooperação externa que os organismos e estruturas do sistema de proteção civil desenvolvem nos domínios das suas atribuições e competências específicas.
- Desencadear as ações previstas nos planos de emergência e assegurar a condução das operações de proteção civil deles decorrentes;
- Possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensáveis e dos meios disponíveis que permitam a condução coordenada das ações a executar;
- Determinar a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;

- Difundir os comunicados oficiais que se mostrem adequados às situações previstas na lei.

Na Região Autónoma dos Açores não existe um regulamento que estabeleça as normas de funcionamento da Comissão Regional de Proteção Civil e a composição desta mesma comissão, havendo desta forma, uma indefinição a nível regional, esta estrutura de coordenação política, tal como previsto na Lei de Bases de Proteção Civil. Para o plano supramunicipal de emergência de Proteção Civil da Ilha Terceira, propõem-se a criação de uma Comissão de Ilha de Proteção Civil pelos seguintes motivos:

- Um organismo que assegura a articulação entre todas as entidades e instituições da ilha Terceira, imprescindíveis às operações de proteção e socorro;
- Maior proximidade de atuação;
- A gestão dos meios e recursos, bem como as entidades empenhadas são de âmbito supramunicipal;
- Devido a escassez de recursos, numa situação de emergência serão empenhados todos os meios existentes na ilha.

5.2 Estado atual dos Planos de Emergência de Proteção Civil

Atualmente a Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, simplifica a estrutura e conteúdos dos planos de emergência de proteção civil, de modo a agilizar a sua operacionalização. Em particular, foram adequados e revistos os conteúdos mínimos dos planos, de modo a evitar repetições e a consagrar uma estrutura mais funcional, assente em três partes:

- Parte I – Enquadramento;
- Parte II – Execução;
- Parte III – Inventários, Modelos e Listagens.

Uma vez que os planos de emergência de proteção civil se constituem como documentos formais que definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e

operacionalização de planos de emergência de proteção civil, consagra também a necessidade de as revisões dos planos serem acompanhadas de um programa de medidas a implementar para garantir a manutenção da sua operacionalidade. Complementarmente, foi introduzida uma nova dinâmica no acesso à informação, ampliando os conteúdos de acesso público dos planos e consagrando formalmente a sua disponibilização no Sistema de Informação de Planeamento de Emergência (acessível em <http://planos.prociv.pt>).

O seguinte gráfico reflete a situação atual do planeamento de emergência de Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira, com base no Sistema de Informação de Planeamento de Emergência:

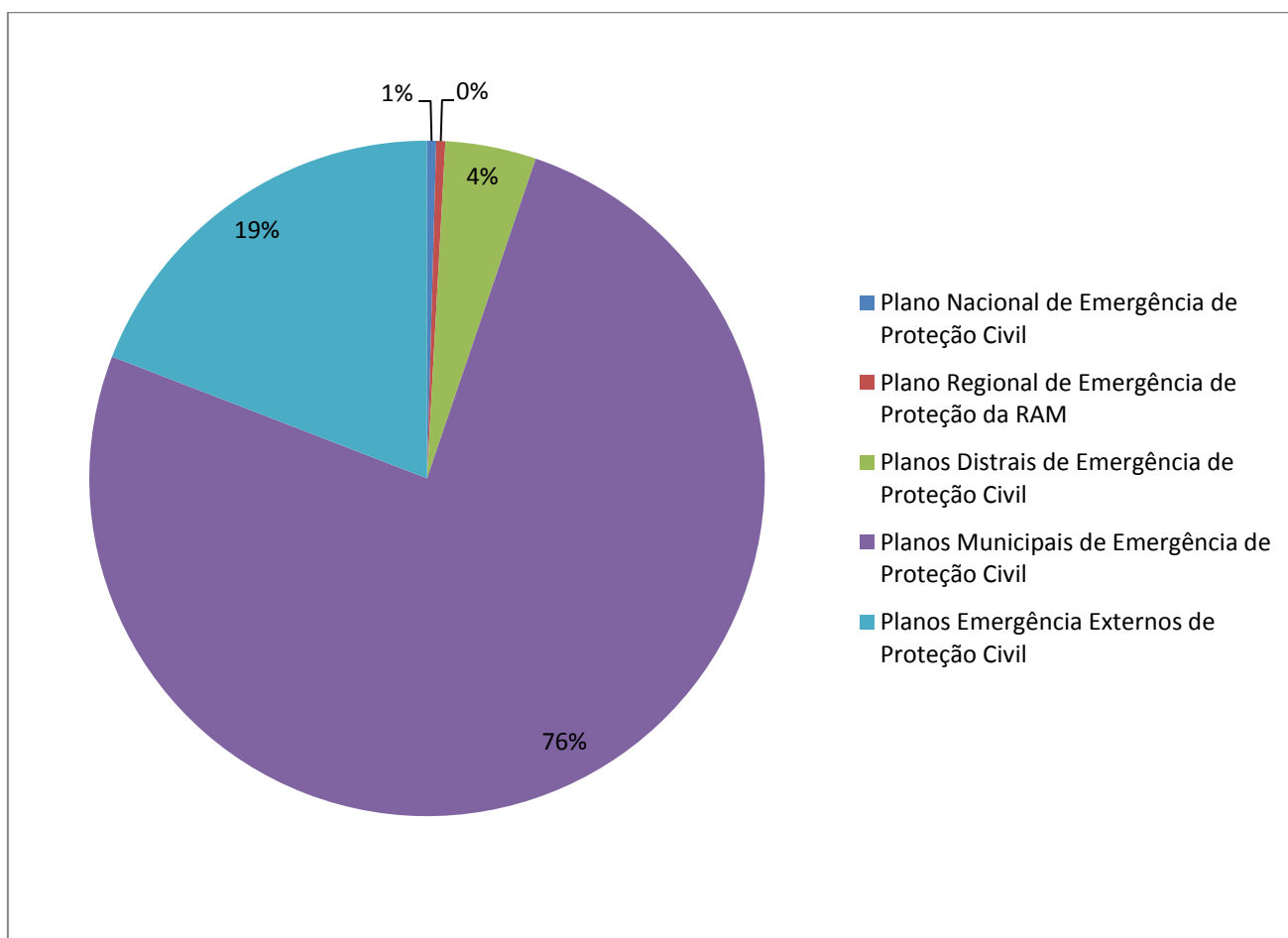


Gráfico 2 - Planos de Emergência de Proteção Civil (<http://planos.prociv.pt/Pages/planos.aspx>)

Relativamente a Região Autónoma a situação atual do planeamento de emergência, reflete-se na seguinte tabela:

Tabela 1 - Planos de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores

TIPOLOGIA DE PLANO	ILHA	CONCELHO	DATA DE APROVAÇÃO
Plano Geral	Santa Maria	Vila do Porto	Novembro 2010
	São Miguel	Ponta Delgada	Setembro 2014
		Ribeira Grande	Setembro 2016
		Lagoa	Setembro 2014
		Vila Franco do Campo	Março 2001
		Povoação	Outubro 2002
		Nordeste	Fevereiro 2011
	Terceira	Angra do Heroísmo	Novembro 2014
		Praia da Vitoria	Abril 2015
	Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	Maio 1998
	São Jorge	Velas	Novembro 2014
		Calheta	Dezembro 2016
	Pico	São Roque do Pico	Abril 2005
		Lajes do Pico	Abril 2005
		Madalena	Junho 2003
	Faial	Horta	Fevereiro 2014
	Flores	Santa Cruz das Flores	Julho 2000
		Lajes das Flores	Fevereiro 2006
	Corvo	Vila Nova do Corvo	Agosto 2013
Plano Especial	São Miguel	Ponta Delgada	Fevereiro 2012
	Terceira	Praia da Vitoria	Abril 2017
	Faial	Horta	Fevereiro 2012

Os Planos Especiais referidos na tabela 1, são planos especiais de emergência referente ao controlo e prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, de acordo com a Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, prevê a existência de planos de emergência, interno (da responsabilidade do operador do estabelecimento) e externo (da responsabilidade da câmara municipal). Em conjunto, estes planos de emergência devem assegurar os seguintes objetivos:

- Circunscrever e controlar os incidentes de modo a minimizar os seus efeitos e a limitar os danos no homem, no ambiente e nos bens;
- Aplicar as medidas necessárias para proteger o homem e o ambiente dos efeitos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas;
- Comunicar as informações necessárias ao público e aos serviços ou autoridades territorialmente competentes;
- Identificar as medidas para a reabilitação e, sempre que possível, para a reposição da qualidade do ambiente, na sequência de um acidente grave envolvendo substâncias perigosas.

O plano de emergência externo (PEE) destina-se principalmente a mitigar e limitar os danos no exterior do estabelecimento de nível superior de perigosidade, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, decorrentes de um acidente grave, organizando e definindo as orientações de atuação dos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio a empenhar em operações de proteção civil decorrentes desses acidentes, de modo a garantir a proteção da população.

Tratando-se de um plano especial de emergência de âmbito municipal, o PEE destina-se a complementar os planos municipais de emergência de carácter, incorporando os aspetos inerentes à tipologia de risco considerada.

No caso da Região Autónoma dos Açores, os três planos especiais são relativos a parques de combustíveis, estabelecimentos classificados com nível de perigosidade superior.

Estabelecimento	Localização	Nível de Perigosidade	Efeito Dominó
SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. - Parque da Nordela	Ponta Delgada (S. Miguel)	Superior	Sim ⁽¹⁾
SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. - Parque da Horta	Horta (Faial)	Superior	Não
Bencom – Armazenamento e Comércio de Combustíveis, S.A. - Terminal de Armazenagem de Fuelóleo da Nordela	Ponta Delgada (S. Miguel)	Superior	Sim ⁽¹⁾
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. - Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória	Praia da Vitória (Terceira)	Superior	Sim ⁽²⁾

Ilustração 7 - Estabelecimentos de nível perigosidade superior na Região Autónoma dos Açores

6. Ferramentas de apoio à Proteção Civil de âmbito Regional

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores tem a sua sede na Ilha Terceira, onde está localizado o Centro de Operações de Emergência, sendo daqui geridas todas as ocorrências de socorro da região.

No entanto, a descontinuidade geográfica, por si só, obriga a que as diferentes entidades tenham uma organização local, dando a resposta adequada a este nível, e articulando-se com os demais agentes de proteção civil de nível municipal ou regional, sempre que esta necessidade se verifique.

Na sede do SRPCBA, está instalada a SAGE (Sala de Atendimento e Gestão de Emergências), onde trabalham em simultâneo agentes da Polícia de Segurança Pública, Enfermeiros e Operadores de Comunicações do SRPCBA. Nesta sala são atendidas todas as chamadas de emergência do 112. As chamadas de socorro são triadas utilizando a Triagem Telefónica de *Manchester*, e é nesta sala que são geridas e acompanhadas todas as ocorrências da Região, inclusive as Viaturas SIV (suporte imediato de vida) e a Regulação Médica.

Neste sentido o SRPCBA dispõem das seguintes ferramentas de apoio à proteção civil.

6.1 Sistema Integrado de Atendimento e Despacho

No Centro de Operações de Emergências do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), é utilizado o *software* Sistema Integrado de Atendimento e Despacho (SIAD) para registo de ocorrência em toda a Região Autónoma dos Açores.

Este sistema permite ao SRPCBA ter em tempo real, todas a informações sobre os pedidos de socorros da população açoriana.

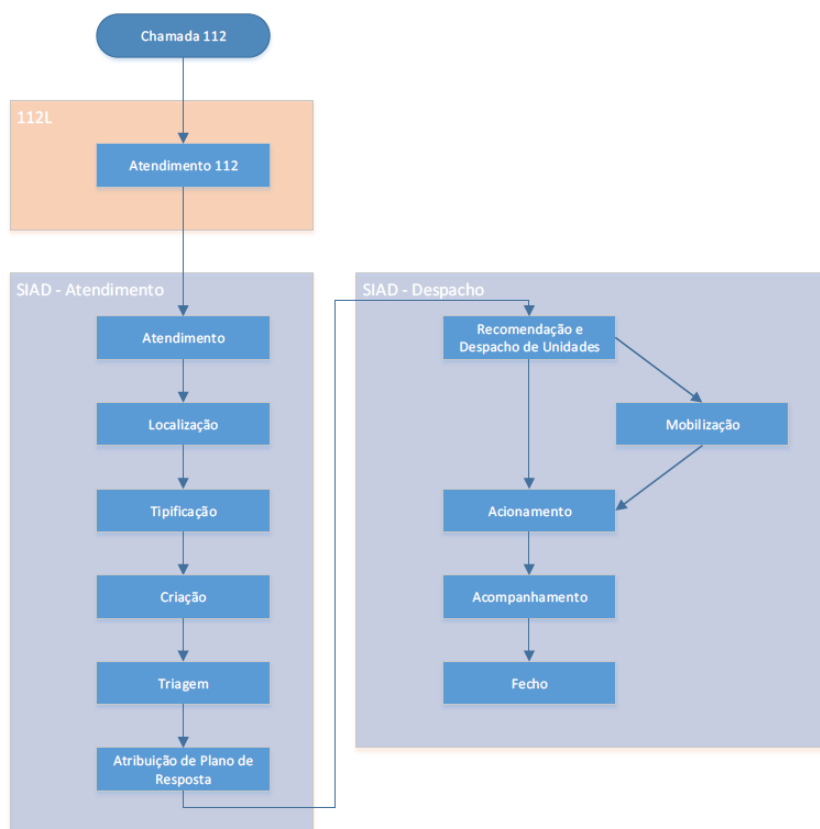


Ilustração 8 - Funcionamento do SIAD

Na Sala de Atendimento e Gestão de Emergências do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores são recebidas todas as chamadas do 112 RAA. Após o atendimento da chamada há a criação da ocorrência no 112L e é preenchida os seguintes campos:

- Localização da ocorrência;
- Tipificação da ocorrência, conforme Norma de Execução Permanente 0312:2014 do SRPCBA;
- Triagem.

I/Dispatcher Informação de Ocorrência

Loc: Pesquisa Livre

Notas: Sistema ☐ Comum ☒

Tipo: Nome de Via: Número:

Localidade: Andar:

Freguesia: CP:

Iilha/Concelho:

Referências:

Cruzamento: Verificada ☐

Tipo:

Sub Tipo:

Telefone: Origem:

Nome:

Criação: Unidade: Estado:

Despacho:

Rota:

Local:

Agência R P Área Grupo D. Ocorrência Tipo Sub Tipo

SRPCBA

Histórico Processo(s):

< de >

Ilustração 9 - Abertura de ocorrência no sistema SIAD

Depois dos campos acima mencionados, existe atribuição de um plano de resposta e prioridade de ocorrência previamente definidos pelo SRPCBA, de acordo com a informação recolhida, nomeadamente triagem e tipificação.

Português

Estado Actual

Idade ☒ Anos ☐ Meses ☒ Masculino ☐ Feminino

Perguntas

Existe acesso pedonal?

Histórico

Adulto
E. Etário 11 - 50 anos
E. Etário (2) 8 - 80 anos
30 Anos

Sexo Masculino
Incêndio Grande
Fumo escuro e intenso
Está próximo de habitações
Existe feridos
Existe mais que uma vítima
Número feridos: 5
O incêndio é superior a 2º
Não tem bom acesso veículos

Resposta

21

11-Fenômenos Naturais
21-Incêndios Urbanos ou Áreas Urbanizável
Incêndio Urbano
Incêndio Pequeno
Incêndio Grande
Não tem fumo escuro nem intenso
Fumo escuro e intenso
Não está próximo de habitações
Está próximo de habitações
Não existe feridos
Existe feridos
Não existe mais que uma vítima
Existe mais que uma vítima
Número feridos
O incêndio não é superior a 2º
O incêndio é superior a 2º
Não tem bom acesso veículos
Não existe acesso pedonal
Existe acesso pedonal
Tem bom acesso veículos
Existe acesso pedonal

Informações

Incêndio Industrial
22-Incêndios em Equipamentos e Produtos
23-Incêndios em Transportes
24-Acidente
25-Acidentes Industriais e Tecnológicos
31-Incêndios Rurais
32-Incêndios em Detritos
33-Comprometimento Total ou Parcial de Segurança
41.01-Assistência em Saúde.Agressão
41.02-Assistência em Saúde.Alergias
41.03-Assistência em Saúde.Asma
41.04-Assistência em Saúde.Auto-Agressão
41.05-Assistência em Saúde.Bebê que chora

Estado Inicial

Ocorrência A161000010 Tipo 21 - * Subtipo 03 Prioridade P8

Ilustração 10 - Fluxograma de triagem

A triagem efetuada em situações de emergência pré-hospitalar, consiste na aplicação em atendimento telefónico do Sistema de Triagem de *Manchester* desenvolvido especialmente para a utilização telefónica. Assim, este sistema permite uma avaliação inicial e reavaliação por parte de operadores clínicos, o que possibilita uma eficaz orientação dos utentes e melhor gestão dos recursos pré-hospitalares e hospitalares disponíveis.

A triagem efetuada em situações de proteção civil, consiste na recolha de dados sobre o evento, nomeadamente acessos, vítimas, entre outras.

A atribuição de prioridades de acordo com os critérios de triagem tem como objetivo a identificação de um problema e determinação e seleção da alternativa mais adequada.

Na emergência pré-hospitalar, foram criadas as seguintes prioridades, de acordo com um determinado tempo de resposta e meios envolvidos:

- Prioridade A: Em todas as situações de emergência, com o tempo de resposta até 8 minutos desde o alerta, com o envio de ambulância e veículo Suporte Imediato de Vida sendo o destino do utente a unidade de saúde mais diferenciada.
- Prioridade B: Em todas as situações de emergência, com o tempo de resposta até 8 minutos desde o alerta, com o envio de ambulância, sendo o destino do utente a unidade de saúde mais diferenciada.
- Prioridade C: Em todas as situações urgentes, com o tempo de resposta até 40 minutos desde o alerta, com o envio de ambulância, sendo o destino do utente a unidade de saúde mais próxima.
- Prioridade D: Nas situações urgentes com um grau de gravidade menor, realizar-se-á aconselhamento e posterior *recall* até uma hora. O clínico poderá, sempre que necessário, proceder ao envio de meios até ao local, com o tempo de resposta até 120 min, sem efetuar o *recall*.
- Prioridade E: Em todas as situações não urgentes, preenchendo os critérios de permanência no domicílio e autocuidado, sendo recusado o envio de qualquer meio.

Cada plano de resposta e prioridade, recomenda tipologias de meios distintos. Esta recomendação tem em consideração os diferentes tipos de meios existentes e a proximidade dos mesmos.

Por último a Mobilização/Acionamento/Acompanhamento/Fecho, são processos que podem ser executados pelas corporações de bombeiros que estão integrados no sistema, e servem para fazer evoluir a ocorrência até ao seu final.

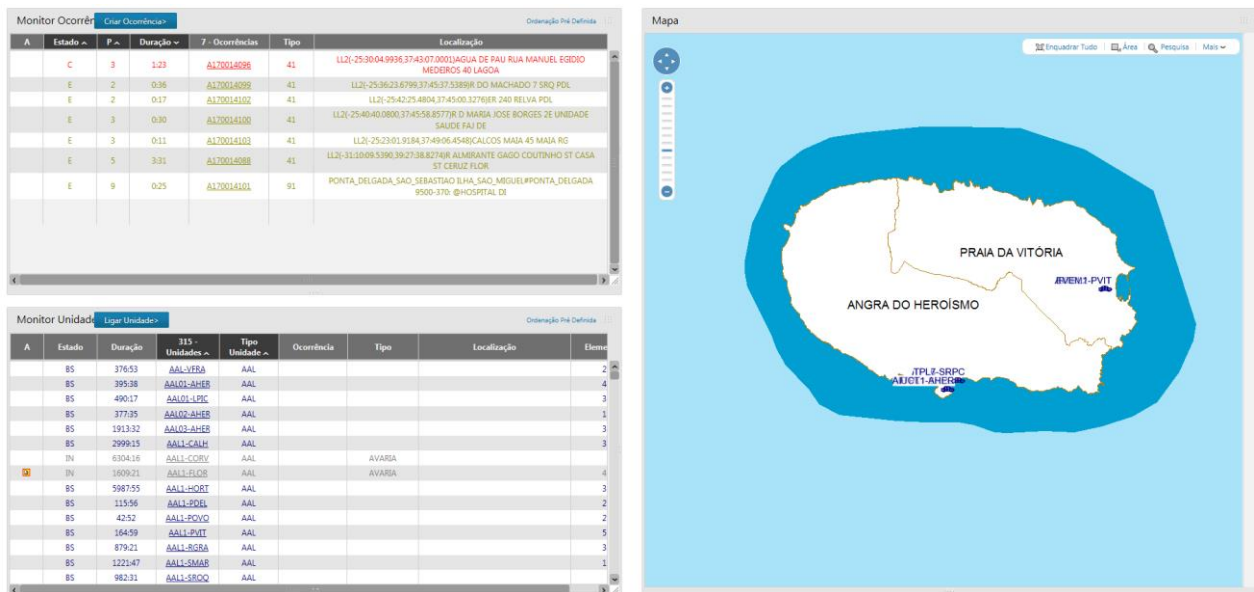


Ilustração 11 - Quadro geral de ocorrência, meio e georreferenciação

6.2 Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores

A renovação tecnológica da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores (RITERAA) do SRPCBA, tem como objetivos modernizar, melhorar a cobertura *indoor* e maximizar a fiabilidade desta rede de radiocomunicações de modo a ter capacidade, em tempo real, de coordenar os meios e recursos ao dispor do SRPCBA, Corpos de Bombeiros, demais Agentes de Proteção Civil e Entidades com dever de cooperação no Sistema Regional de Proteção Civil, garantindo um modelo de comunicação integrado e eficaz quer em situações de rotina, quer na ocorrência de acidentes graves ou de catástrofes naturais, conferindo a resiliência e qualidade necessárias às operações de Proteção Civil e Socorro.

A nova RITERAA tem capacidade para cobrir a região, dimensionada para permitir tráfego de voz baseando-se a sua conceção em estações base (vulgo repetidores) de

tecnologia digital (*Digital Mobile Radio*), cuja interligação entre elas é feita através dum sistema de transmissão de tecnologia digital.

A exploração da RITERAA assentará na sua essência na utilização de terminais (vulgo rádios) fixos, móveis e portáteis.

Espera-se que com este salto tecnológico a Região Autónoma dos Açores possa usufruir, efetivamente, de uma verdadeira rede que garanta de forma integrada e eficaz as comunicações de emergência entre todos os intervenientes, logo importa também apelar a todos os utilizadores o seu máximo empenho no conhecimento e treino através da utilização da RITERAA, garantindo assim também a sua segurança.

RITERAA é uma solução tecnológica de ultima geração, estudada para dar resposta às especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores especialmente no que concerne à descontinuidade territorial, dimensão territorial, morfologia do terreno e condições atípicas de operação no âmbito das telecomunicações.

Desta forma a RITERAA foi concebida através de um vasto conhecimento e experiência por técnicos da região, assentando no *standard* DMR (*Digital Mobile Radio*) e em que a sua infraestrutura base é composta por uma Rede de Acesso (vulgo sites) designada por Estações Base/Repetidores, onde todos os terminais acedem para processar a sua comunicação e uma Rede de Transmissão (vulgo links) que interliga as diferentes Estações Base/repetidores com o objetivo de projetar as comunicações entre elas de âmbito mais local ou até mesmo regional.

No âmbito do utilizador, importa saber que a exploração da rede é feita através de três tipologias de terminais (vulgo rádios), que podem ser fixos (ex. centrais de telecomunicações dos Corpos de Bombeiros, Hospitais, outras Entidades), móveis (ex. veículos de emergência, embarcações, aeronaves) ou portáteis (ex. Elementos de Comando dos Corpos de Bombeiros ou Equipas Especiais).

A RITERAA está dividida em três redes independentes, interligadas através de uma infraestrutura redundante assente no protocolo IP:

- Uma para servir as ilhas de São Miguel e Santa Maria - Rede Oriental;
- Outra para servir as ilhas da Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Pico - Rede Central;
- E finalmente a rede que servirá as ilhas das Flores e do Corvo - Rede Ocidental.

Cada uma das redes tem como objetivo servir o SRPCBA, um conjunto de Corpos de Bombeiros, demais Agentes de Proteção Civil e Entidades com dever de colaboração que integram o Sistema Regional de Proteção Civil. Para servir cada um dos Corpos de Bombeiros foi tido em consideração a sua Área de Atuação (AA) e foram constituídos um conjunto de recursos para os servir.

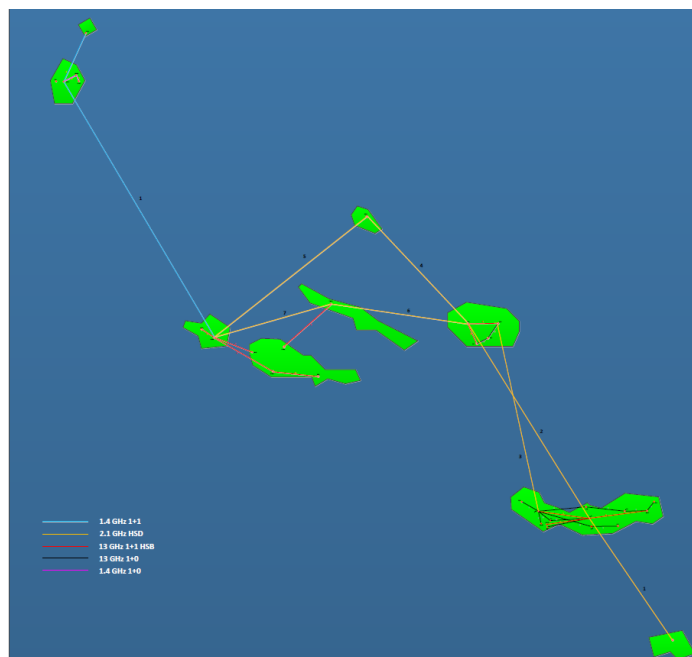


Ilustração 12 - Organização da RITERAA

6.3 Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Avisos nos Açores

O Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Aviso nos Açores é um sistema que permite emitir um conjunto de notificações automáticas em simultâneo para vários agentes de intervenção.

Desta forma, sempre que seja necessário informar vários agentes de proteção civil e/ou outros intervenientes, em vez de efetuar chamada para cada um, o sistema permite transformar a mensagem escrita emitida pelo SRPCBA em mensagem de voz, através do recurso a um sintetizador de voz, que chega aos telefones e telemóveis de cada destinatário ao mesmo tempo.

Na prática, Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Aviso nos Açores permite um maior controlo nas convocações/notificações feitas em situações rotina ou de exceção.

Uma das atividades do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores é divulgar informação sobre situações de acidentes graves ou catástrofe, assim como, divulgar avisos e alertas à população açoriana.

O Sistema utilizado é da empresa *GlobeStar Systems*, designado por *Connexall*.

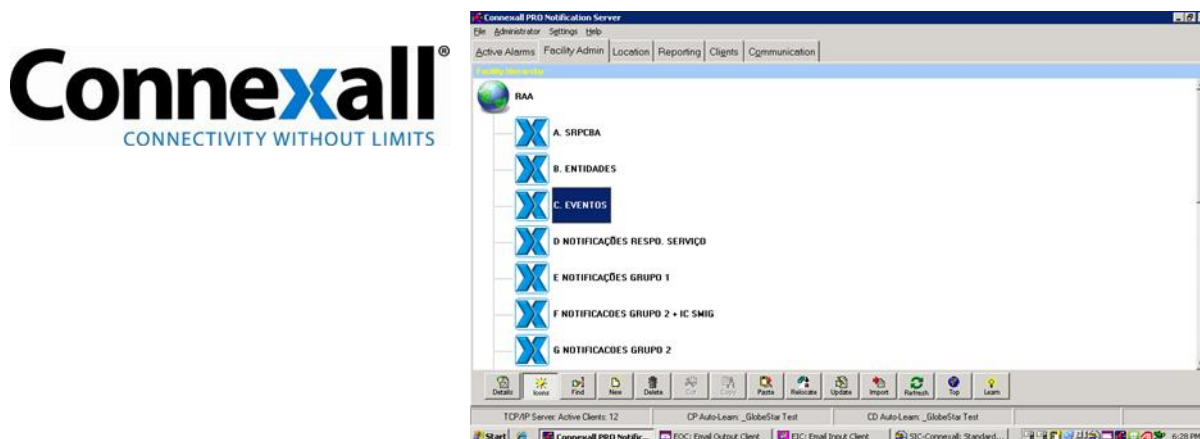


Ilustração 13 - Software Connexall

O *Connexall* é um *software* que integra um vasto conjunto de recursos de comunicações para qualquer tipo de sistema. Esta aplicação possibilita receber notificações em tempo real.

O sistema está organizado em *callpoints*, evento que gera ativações.

O *Callpoints* associa-se os contactos (*devices*) a ser notificados de forma automática, bem como à forma e conteúdo da notificação. Cada *callpoint* notifica elementos as entidades previamente definidas pelo SRPCBA.

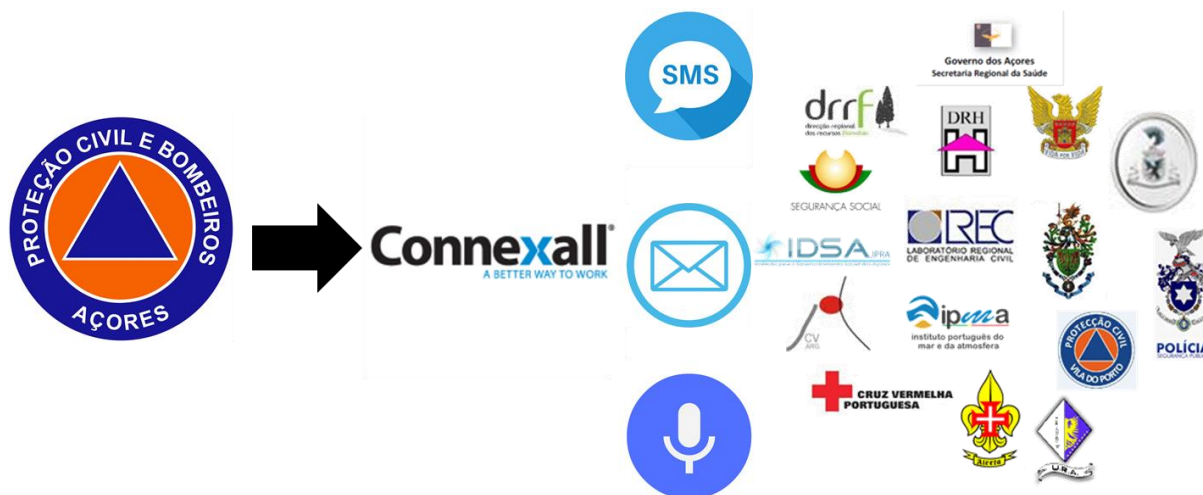


Ilustração 14 - Esquema de notificação

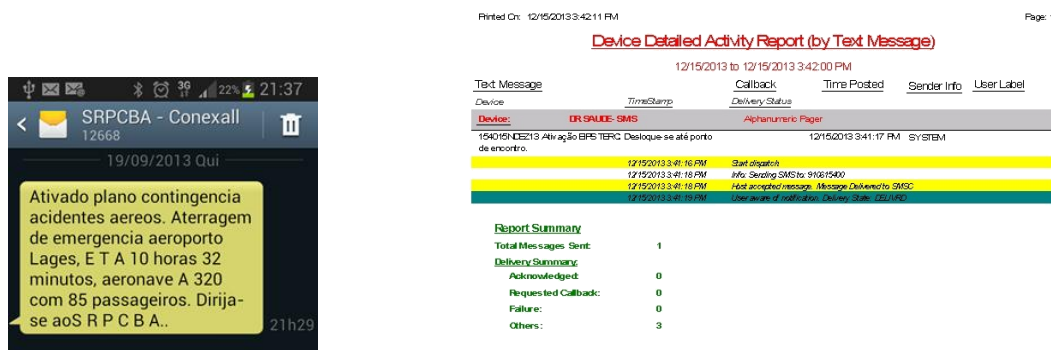


Ilustração 15 - Método de notificação e confirmação de receção do alerta

7. Proposta de Plano Supramunicipal de Emergência em Proteção Civil

O Plano Supramunicipal de Emergência de Proteção Civil de Ilha Terceira é um plano especial de emergência de proteção civil, que define as principais orientações relativamente ao modo de comando e atuação dos vários organismos, entidades e serviços no seu envolvimento e participação em operações de proteção civil no âmbito territorial e administrativo da Ilha Terceira.

Este Plano tem como principal objetivo a minimização de perdas de vidas, dos prejuízos materiais e o assegurar, no mais curto espaço de tempo, o restabelecimento da normalidade.

O âmbito territorial de aplicação deste plano é a Ilha Terceira. Com uma área de 402,2 km² é constituído por dois municípios: Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.



Ilustração 16 - Divisão administrativa da Ilha Terceira

Propõe-se para diretor do plano o Delegado de Proteção Civil, de acordo com o artigo 26º da Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, que altera a orgânica e o quadro de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) devido à sua proximidade, com possibilidade de delegação, em caso de ausência ou impedimento. Compete ao diretor assegurar a direção, coordenação e controlo do PSEPC da Ilha Terceira e das medidas excecionais de emergência, com vista

a minimizar a perda de vidas e bens e os danos ao ambiente, assim como a assegurar o restabelecimento, tão rápido quanto possível, das condições mínimas para a normalidade.

O PSEPC da Ilha Terceira é elaborado de acordo com as diretivas emanadas pela Comissão Nacional de Proteção Civil (Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio).

Neste contexto, o PSEPC da Ilha Terceira articula-se com o Plano Regional de Emergência, com os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil da Ilha Terceira os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

7.1 Finalidades e objetivos

O Plano Supramunicipal de Emergência de Proteção Civil da Ilha Terceira regula a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações, constituindo-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder, organizadamente, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Direção, Coordenação, Comando e Controlo, tendo em vista o cumprimento dos seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;

- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover o aviso e informação permanente da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes.

Sendo este um plano especial de emergência de proteção civil, destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar a ilha Terceira. Dentro destes, alguns destacam-se pela sua particular incidência, e/ou pela potencial gravidade das suas consequências, dos quais se faz seguidamente uma breve apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e a sua natureza:

Tabela 2 - Apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e sua natureza

	Gravidade				Probabilidade	Risco
	População	Ambiente	Socioeconómica	Total		
Sismos	Acentuada	Moderada	Acentuada	Acentuada	Alta	Elevado
Vulcões	Acentuada	Moderada	Acentuada	Acentuada	Alta	Elevado
Movimento Vertentes	Moderada	Acentuada	Acentuada	Moderada	Alta	Elevado
Ciclones	Reduzido	Moderada	Reduzido	Moderada	Média-Alta	Moderado
Cheias e inundações	Acentuada	Moderada	Acentuada	Acentuada	Média-Alta	Moderado
Acidente Grave Aéreo	Acentuada	Moderada	Acentuada	Acentuada	Média-Alta	Moderado
Acidente Grave Marítimo	Acentuada	Moderada	Acentuada	Acentuada	Média-Alta	Moderado
Acidente Grave Rodoviário	Moderada	Reduzido	Moderada	Moderada	Média-Alta	Baixo
Incêndios Urbanos	Moderada	Reduzido	Moderada	Moderada	Reduzido	Baixo
Transporte Matérias Perigosas	Reduzido	Moderada	Moderada	Moderada	Média-Alta	Moderado

7.2 Critérios para ativação

Perante a iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe a competência para ativação/desativação do Plano recai sobre a Comissão Ilha de Proteção Civil (CIPC).

Conforme mencionado no subcapítulo 5.1 devido a descontinuidade geográfica e coordenação e controlo dos meios, julgo essencial a criação de uma comissão de ilha de proteção civil com responsabilidade a nível de ilha de emanar as políticas e gerir os sistema de proteção civil reunindo assim o consenso a nível da ilha e não municipal que por vezes apresentam várias disparidades.

A Comissão de Ilha de Proteção Civil, atenta a especificidade da ocorrência poderá determinar a ativação do Plano e reunir com a presença de apenas dois terços dos membros, sendo a declaração de ativação sancionada, assim que possível, presencialmente ou por outro meio de contacto, pelo plenário.

A ativação do PSEPC da Ilha Terceira é imediatamente comunicada ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e aos Serviços Municipais de Proteção Civil da ilha, pela via mais rápida (redes telefónicas fixas ou móveis, via rádio na rede integrada de telecomunicações de emergência da Região Autónoma dos Açores ou por escrito, através do correio eletrónico).

A publicitação da ativação/desativação do PSEPC da Ilha Terceira será efetuada através dos órgãos de comunicação social e do sítio do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (<http://www.prociv.azores.gov.pt>).

Em termos gerais, e independentemente dos critérios de ativação a seguir referidos, o PSEPC da Ilha Terceira será ativado em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe que afete todo ou parte da área geográfica da ilha e para a qual os meios municipais não sejam considerados suficientes para fazer face à situação de acidente grave ou catástrofe, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências.

Especificamente, o PSEPC da Ilha Terceira poderá ser ativado nas seguintes situações:

Critérios gerais

- Declaração da situação de contingência para a totalidade ou parte da área da ilha;

- Efeitos significativos e diretos na população do distrito provocando, em termos percentuais e com base no último recenseamento populacional, mais de 0,5% desalojados, 0,1% feridos ou 0,1% mortos;
- Interrupção da normalidade das condições de vida por mais de três dias consecutivos em pelo menos 20% do território da ilha;
- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 72 horas);

Esta tipificação de critérios não impede que o PSEPC da Ilha Terceira possa ser ativado em outras circunstâncias, de acordo com a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

De notar que, dependendo da gravidade e/ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no Plano poderão, de imediato ser postos em prática por decisão do Diretor do Plano.

Após a consolidação das operações de proteção civil e com o início das operações de reposição da normalidade a CIPC desativa o PSEPC da Ilha Terceira, comunicando tal aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da ativação.

7.3 Operacionalização

As ações a desenvolver no âmbito do PSEPC da Ilha Terceira visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado empenhamento de todos os meios e recursos, apoiando a direção, o comando e a conduta das operações de proteção civil e socorro de nível supramunicipal e municipal.

Neste contexto o Diretor do Plano:

- Cria as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos;
- Mobiliza um dispositivo de resposta, meios humanos e equipamentos de intervenção, reforço, apoio e assistência, considerado necessário para fazer face à situação que origine a ativação do presente plano;

- Apoia a direção e condução das operações de proteção civil de nível municipal ou supramunicipal, em articulação com as respetivas estruturas de direção e coordenação;
- Prevê a utilização de medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito supramunicipal.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.

A coordenação política é assegurada através da Comissão Ilha de Proteção Civil (CIPC).

Em particular, compete à CIPC:

- Acionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação os planos de emergência;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento do PSEPC quando tal se justifique;
- Desencadear as ações previstas no PSEPC e assegurar a condução das operações de proteção civil deles decorrentes;
- Possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensáveis e dos meios disponíveis que permitam a condução coordenada das ações a executar;
- Difundir os comunicados oficiais que se mostrem adequados;
- Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- Integrar, monitorizar e avaliar toda a atividade operacional quando em situação de acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a ligação operacional e a articulação com os agentes de proteção civil e outras estruturas operacionais no âmbito do planeamento, assistência, intervenção e apoio técnico ou científico nas áreas do socorro e emergência.

Neste plano propõe-se a seguinte composição da Comissão Ilha de Proteção Civil:

- Delegado de Proteção Civil, que coordena;

- Representante do Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho de Angra do Heroísmo;
- Representante do Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho da Praia da Vitória;
- Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros;
- Representante das Forças Armadas (FA);
- Representante da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Representante da Polícia de Segurança Pública (PSP);
- A autoridade de saúde;
- Representante da Direção Regional de Saúde (DRS);
- Representante do Instituto Segurança Social dos Açores (ISSA);
- Demais entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar.

Sempre que uma força de qualquer Agente de Proteção Civil ou Instituição com especial dever de cooperação seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa de Bombeiros a chegar ao local assume de imediato o comando da operação, sendo o elemento mais graduado a desempenhar a função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso.

Em cada Teatro de Operações (TO) existirá um Posto de Comando Operacional (PCO), que é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação dos meios.

O PCO tem como missões genéricas:

- A recolha e tratamento operacional das informações;
- A preparação das ações a desenvolver;
- A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens;
- A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues;
- A gestão dos meios de reserva;
- A preparação, elaboração e difusão de informação pública.

O COS é o responsável pela gestão da informação no TO, devendo transmitir ao PCO do respectivo nível territorial, os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.

O PCO organiza-se em três células (Célula de Planeamento, Operações e Logística), permitindo um funcionamento mais ajustado e direccionado a cada situação em concreto. Cada Célula tem um responsável nomeado pelo COS que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística, respetivamente.

O COS é assessorado diretamente por três oficiais (oficial para a Segurança, oficial para as Relações Públicas e oficial para a Ligação com outras entidades).

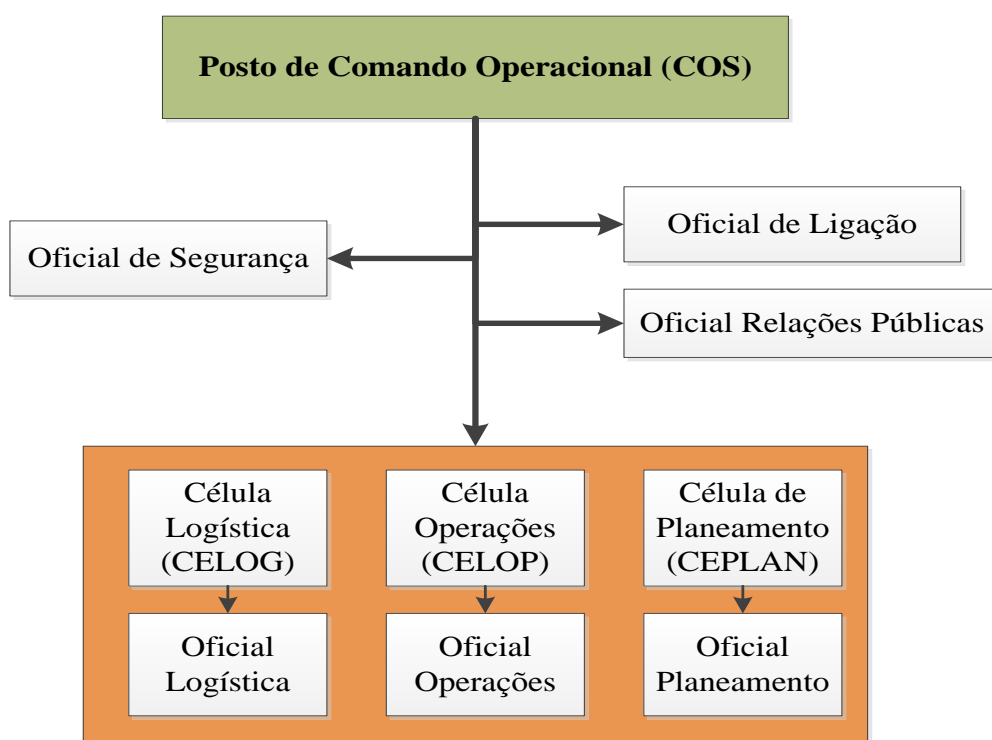


Ilustração 17 - Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)

Como estrutura-base, dimensionável ao longo da ocorrência, as células do PCO apresentam as seguintes funções:

- Célula de Logística (CELOG) – Gere a sustentação logística do TO, de forma a responder a todas as necessidades de suporte à operacionalização dos meios e recursos envolvidos na operação.
- Célula de Operações (CELOP) – Garante a conduta das operações em ordem ao Plano Estratégico de Ação (PEA) estabelecido pelo COS, sendo o responsável pela implementação do mesmo.
- Célula de Planeamento (CEPLAN) – Garante a recolha, avaliação, processamento das informações e difusão da informação necessária ao processo de tomada de decisão, sendo também responsável pela antecipação, elaborando os cenários previsíveis.

7.4 Responsabilidade Agentes de Proteção Civil intervenientes no PSEPC

No âmbito do PSEPC da Ilha Terceira os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

Entidades de Direção Órgãos de Execução	Responsabilidades
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores – Delegado de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a unidade de comando, controlo, comunicações e informações das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção; – Acionar meios de resposta; – Mobilizar meios e recursos de reforço e de apoio;

Câmaras Municipais /
Serviços Municipais de
Proteção Civil

- Garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes de proteção civil;
 - Assegurar o socorro e assistência a pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
 - Assegurar a articulação dos serviços públicos ou privados de modo a garantir a proteção das populações e a salvaguarda do património e do ambiente;
 - Assegurar o desencadeamento das ações consequentes à declaração da situação de calamidade;
 - Assegurar a mobilização e disponibilização de capacidades especializadas no âmbito do planeamento civil de emergência;
 - Colaborar e articular-se com Autoridade Marítima no âmbito do Salvamento Marítimo, Socorro a Náufragos e Assistência a Banhistas, nos termos da lei;
 - Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo aos órgãos de comunicação social
- Disponibilizar meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas;
 - Evacuar e transportar pessoas, bens e animais;
 - Transportar bens essenciais de sobrevivência às populações;
 - Assegurar a divulgação de avisos às populações;
 - Montar e gerir locais de recolha e armazenamento de dádivas;
 - Instalar e gerir centros de acolhimento temporários;
 - Assegurar a sinalização relativa a cortes de estradas, decididos por precaução ou originados por acidentes graves ou catástrofes, bem como as vias alternativas;
 - Desobstruir as vias, remover os destroços e limpar aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais;
 - Promover ações de avaliação de danos e de necessidades da

	<p>população afetada;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assegurar, ao nível municipal, a gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização.
Corpos de Bombeiros	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver ações de combate a incêndios, busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens; – Apoiar o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar; – Participar na evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço; – Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; – Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem; – Colaborar na montagem de Postos de Comando; – Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; – Apoiar no transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas; – Executar as ações de distribuição de água potável às populações; – Disponibilizar apoio logístico à população e a outras forças operacionais; – Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; – Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.
Polícia de Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a manutenção da ordem nas suas áreas territoriais de responsabilidade, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos; – Exercer missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à

	<p>evacuação de populações em perigo;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Colabora no sistema de aviso às populações; – Garante a manutenção da ordem pública; – Garante a segurança das pessoas e dos seus bens; – Garante a segurança de estabelecimentos públicos, proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias e instalações de interesse público ou estratégico regional; – Presta ajuda às populações e socorro aos sinistrados e apoia em especial os grupos de risco; – Empenha meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas; – Previne a criminalidade organizada, a prática dos demais atos contrários à Lei e aos regulamentos e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança. – Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados; – Assegura as ações de retorno das populações sinistradas a casa e bens.
Guarda Nacional Republicana	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; – Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico regional; – Colabora no sistema de aviso às populações; – Disponibilizar apoio logístico; – Empenhamento de meios cinotécnicos na busca e resgate de vítima; – Cooperar com a Polícia de Segurança Pública, quando solicitado por esta;

Forças Armadas

- Controlo aduaneiro;
 - Acionar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) na validação e investigação das causas dos incêndios florestais;
 - Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados;
 - Colabora logisticamente com as áreas de intervenção presentes no teatro de operações da fase de reabilitação.
-
- Ações de busca e salvamento marítimo;
 - Busca e salvamento terrestre;
 - Cooperação em ações especializadas, nomeadamente na ocorrência de acidentes no meio marítimo com outros agentes de proteção civil (sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março);
 - Reconhecimento marítimo e aéreo de pessoal e/ou meios empenhados no apoio a ações de proteção civil;
 - Transporte marítimo, terrestre e aéreo para apoio a populações afetadas;
 - Evacuação marítima, terrestre e aérea de sinistrados e de populações afetadas;
 - Fornecimento temporário de alojamento, na sua capacidade sobrança, ou com possibilidade de recursos a tendas;
 - Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico, quer para as operações, quer para a população afetada. Pode incluir eventualmente fornecimento e confeção de alimentação e distribuição de abastecimentos, nomeadamente medicamentos, água e combustíveis;
 - Trabalho indiferenciado com pessoal não especializado, incluída montagem de acampamentos de emergência;
 - Prestação de apoio em comunicações;

-
- Apoio em material e serviços diversos (material de aquartelamento, geradores, depósitos de água, viaturas, desempanagem/reboque de viaturas);
 - Apoio logístico e de infraestruturas para operação de meios aéreos nacionais ou estrangeiros;
 - Reforço de pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, nomeadamente na triagem, cuidados médicos de emergência e evacuação de feridos e doentes, podendo incluir a Unidade Sanitária de Apoio a Catástrofe e Eventos/Agrupamento Sanitário;¹
 - Detecção, identificação, monitorização, proteção, descontaminação e gestão de perigos e riscos de agentes NRBQ;¹
 - Apoio à coordenação dos meios aéreos no teatro de operações de missões de proteção civil;¹
 - Apoio técnico específico e/ou reabilitação de infraestruturas com recursos ao emprego de engenharia militar.¹

¹Apoios/Meios que não estão disponíveis na RAA, devendo ser projetados a partir do território nacional.

Autoridade Marítima

- Desempenhar funções nos domínios do alerta e do aviso, nos espaços sob sua jurisdição;
- Executar reconhecimentos marítimos;
- Planear e desencadear ações de busca e salvamento, apoio e socorro;
- Intervir na área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar;
- Exercer missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança, na sua área de jurisdição;
- Condicionar o acesso, circulação e permanência de pessoas e bens, na sua área de jurisdição;

- Proteger a propriedade privada contra atos de saque;
- Restringir, condicionar a circulação e abrir corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro;
- Apoiar a evacuação/ movimentação de populações em perigo;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico regional;
- Preservar a regularidade do Tráfego Marítimo em articulação com a Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo (ANCTM), em particular, em situações de sinistro marítimo, socorro e emergência;
- Coordenar eventuais operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas na área portuária;
- Prestar em tempo real, informação relacionada com a movimentação de navios e cargas transportadas, mercadorias perigosas e poluentes;
- Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias;
- Coordenar as Administrações Portuárias na resposta à emergência de acordo com as necessidades;
- Cooperar na recuperação das capacidades portuárias;
- Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais;
- Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades;
- Promulgar avisos à navegação;
- Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas;
- Disponibilizar apoio logístico;
- Efetuar reconhecimento subaquático;

	<ul style="list-style-type: none"> – Efetuar a ligação entre o Sistema de Proteção Civil e as Administrações Portuárias tendo em vista as capacidades logísticas disponíveis dos portos.
Hospitais, Centros de Saúde e demais serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenam todas as ações de saúde; – Auxiliam, se necessário, a evacuação primária; – Coordenam e asseguram a triagem e a evacuação secundária; – Apoiam, com recursos humanos e materiais, a prestação de cuidados nos postos de triagem e hospitais de campanha; – Prestam assistência médica no local da catástrofe; – Asseguram uma permanente articulação entre as unidades, centros de saúde e hospitais da área com vista a garantir a máxima assistência médica nas instalações dos mesmos; – Garantem um reforço adequado de profissionais nas unidades de saúde e na zona de sinistro; – Asseguram a constituição de uma única cadeia de comando nas áreas de intervenção médico-sanitárias; – Elaboram um organograma da cadeia de prestação de socorros médicos e de evacuação, desde o local de receção até às unidades de saúde; – Coordenam a articulação entre as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde; – Asseguram a evacuação de vítimas em estado crítico para hospitais com serviços especializados, podendo ser no exterior da RAA; – Coordenam as ações de saúde, nos campos de desalojados, nas áreas sinistradas e sinistráveis, nas unidades de saúde, entre outros.
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios, recursos e pessoal; – Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação do seu Corpo de Bombeiros;

	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para alojamento e apoio às populações; – Manter a capacidade de fornecimento de apoio logístico aos meios do seu Corpo de Bombeiros.
Entidade e/ou Organismo com competências nas áreas de Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar nas ações de busca e resgate nas áreas protegidas; – Apoio nas operações de limpeza, desobstrução de vias das Áreas Protegidas; – Operações de salvaguarda ambiental nas Áreas Protegidas; – Apoio na manutenção e beneficiação das redes viárias nas Áreas Protegidas
Entidade e/ou Organismo com competências na área das Florestas	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio nas operações de limpeza, desobstrução de vias sob a tutela da entidade; – Colaborar nas ações de busca e resgate nas áreas de perímetro florestal; – Manter o registo atualizado das condições das vias; – Apoio nas operações de retoma da circulação; – Apoio na manutenção e beneficiação das redes viárias rural e florestais.
Entidade e/ou Organismo com competências de coordenação na área da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Orientar o funcionamento das instituições, estabelecimentos e serviços de saúde que integram o Serviço Regional de Saúde, coordenando a sua atuação; – Coordenar os planos de emergências e os planos de contingência das unidades de saúde; – Coordenar a articulação dos planos de emergência das diferentes unidades de saúde envolvidas; – Estender o âmbito da prestação de cuidados para o local de catástrofe ou de sinistro, colaborando na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas e/ou material/equipamento, quando determinado pelo membro do governo responsável pela área da saúde;

-
- Coordenar a Unidade de Evacuações aéreas, através do HSEIT, EPE.;
 - Definir, em caso de situações de exceção, em conformidade com a capacidade de resposta dos hospitais da RAA, a unidade de saúde de destino das vítimas a evacuar.
 - Garantir a articulação com serviços prestadores de cuidados de saúde não integrados no Serviço Regional de Saúde.
 - Vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, dos serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública, determinando as medidas corretivas necessárias para a defesa da saúde pública e adotando medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas;
 - Promover a vigilância epidemiológica;
 - Exercer a mobilização, coordenação e utilização dos meios disponíveis, ainda que de estabelecimentos de saúde em atividade privada, em situações de emergência sanitária grave, mediante simples declaração pública do secretário regional da tutela;
 - Proceder à requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde em caso de epidemias graves e outras situações semelhantes;
 - Verificar os óbitos ocorridos no concelho quando aconteçam fora das unidades de saúde, de acordo com as disposições legais, emitindo atestados médico-sanitários referentes às trasladações e fiscalizando a observância das leis e regulamentos sobre inumações e exumações;
 - Exercer a vigilância sanitária da qualidade da água para consumo humano;
 - Fazer cumprir as normas sobre doenças transmissíveis, incluindo os locais de trabalho e estabelecimentos escolares, mantendo atualizado o registo das doenças de notificação
-

obrigatória, e coordenar as ações em caso de epidemia.

Entidade e/ou Organismo com competências nas áreas da Energia	<ul style="list-style-type: none">– Apoio no reforço de distribuição de energia;– Apoio nas operações de reabilitação das redes de energia;– Apoio técnico na definição e estabelecimento de prioridades dos serviços a alimentar em caso de emergência bem como na alocação de eventuais geradores de emergência móveis.
Entidade e/ou Organismo com competências nas áreas da Indústria	<ul style="list-style-type: none">– Fornecimento de informação de carácter técnico e científico;– Assegurar o bom funcionamento das unidades industriais;– Coordenar a recuperação dos danos existentes;– Monitorização técnica da evolução da situação.
Entidade e/ou Organismo com competências na área dos Transportes	<ul style="list-style-type: none">– Coordenação de operações de reforço de transportes;– Executar ações de inventariação de disponibilidades de recursos no âmbito dos transportes terrestres;– Realizar todas as ações necessárias à promoção do transporte público rodoviário e de mercadorias;– Regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do setor dos transportes terrestres;– Apoiar e coordenar a mobilização dos meios das empresas por si tuteladas.
Entidade e/ou Organismo com competências na área do Ambiente	<ul style="list-style-type: none">– Operações de salvaguarda ambiental;– Disponibilizar informações relevantes para as operações nos domínios de monitorização do ambiente marinho;– Colaborar nas ações de planeamento no âmbito de acidentes químicos;– Coordenação de operações de limpeza de ribeiras;– Coordenação de gestão de áreas protegidas;– Colaboração na verificação das medidas de execução para mitigar/remediar as consequências do acidente químico.

Entidade e/ou Organismo
competências na área dos
Recursos Hídricos

- Coordenação e execução de operações de limpeza de ribeiras;
- Disponibilização de meios, recursos, infraestruturas e pessoal;
- Restabelecimento imediato do escoamento das ribeiras;
- Fornecimento de dados hidrometeorológicos em tempo real;
- Promover a recolha e análise de amostras de água em situações graves de poluição hídrica;
- Execução de intervenções necessárias ao restabelecimento das condições de escoamento das ribeiras;
- Implementação das medidas previstas no Plano de Gestão de Riscos de Inundações da RAA.

Entidade e/ou Organismo
competências na área do
Mar

- Disponibilizar informação em tempo útil e prestar assessoria técnica especializada nas áreas da sua competência;
- Inventariar as fontes potenciais de poluição da orla costeira e do espaço marítimo decorrentes dos acidentes graves ou catástrofes;
- Colaborar na implementação de medidas destinadas a salvaguardar a qualidade dos recursos e dos ecossistemas da orla costeira e do espaço marítimo bem como a segurança de pessoas e bens;
- Acompanhar a evolução do estado da orla costeira e do espaço marítimo, incluído as águas balneares, costeiras e de transição, de forma a aplicar e/ou propor a adoção das medidas necessárias à sua recuperação;
- Assegurar a recuperação dos portinhos afetados;
- Colaborar nas ações de informação pública disponibilizando conteúdos assertivos e adequados ao entendimento da população em geral;
- Adotar outras medidas necessárias à reposição da normalidade.

<p>Entidade e/ou Organismo com competências na área das Obras Públicas e Estradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – No âmbito das suas competências disponibilizar meios humanos e materiais para proceder à reparação das infraestruturas, vias de comunicação danificadas; – No âmbito das suas competências assegurar a capacidade operacional dos serviços; – No âmbito das suas competências disponibilizar equipamentos para apoio em situações de emergência; – No âmbito das suas competências garantir prioridades de acesso, em situação de emergência, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações. – No âmbito das suas competências disponibilizar meios humanos e materiais para restabelecer o normal funcionamento das infraestruturas e serviços; – No âmbito das suas competências programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança; – No âmbito das suas competências disponibilizar em articulação com a Concedente e/ou tutela, informação sobre os planos de reabilitação, beneficiação e de segurança rodoviária.
<p>Entidade e/ou Organismo com competências nas áreas de Agricultura e Veterinária</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenar, executar e avaliar todas as políticas sanitárias veterinárias, de proteção animal e de saúde pública e animal; – Assegurar, em articulação com LNIV, as ações no domínio da hígio-sanidade animal e noutras matérias relativas ao diagnóstico das doenças animais e à pesquisa de resíduos; – Assegurar, aos diferentes níveis, a manutenção dos serviços de urgência; – Colaborar na resolução dos problemas de mortuária animal; – Proceder à avaliação, autorização, controlo e utilização dos

	<p>medicamentos veterinários farmacológicos, imunológicos, pré-misturas medicamentosas, homeopáticos e outros, bem como as suas matérias-primas e os produtos de uso veterinário;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Propor ações de vacinação de emergência, se aplicável.
Instituto Nacional de Medicina Legal – Representação nos Açores	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenar as ações de mortuária; – Mobilizar a Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres; – Assumir a investigação forense para a identificação dos corpos com vista à sua entrega aos familiares; – Realizar autópsias cujo resultado rápido contribua para a saúde pública; – Assumir a investigação forense para identificação dos corpos com vista à sua entrega aos familiares.
	<p>Nos Caminhos Agrícolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Manter o registo atualizado das condições das vias; – Apoio nas operações de retoma circulação; – Apoio nas operações de limpeza e desobstrução de vias; – Apoio na garantia de condições de segurança rodoviária;
IROA, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar informações sobre os itinerários alternativos nos casos de cortes de vias; – Recuperação das redes de abastecimento de água agrícola; – Manter atualizado o registo e estado de funcionamento das infraestruturas de abastecimento e de armazenamento de água da IROA,S.A.
Entidade e/ou Organismo com competências nas áreas de Solidariedade Social	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações em articulação com os vários sectores intervenientes; – Colaborar na definição de critérios de apoio social à população; – Cooperar com as entidades responsáveis pela pesquisa e reunião de desaparecidos; – Disponibilizar meios humanos e materiais para operações;

Instituto Português do Mar
e da Atmosfera

- Assegurar as necessidades básicas, nomeadamente de alimentação, agasalho e alojamento temporário, bem como articular com instituições com competência nesta matéria;
 - Colaborar no apoio psicológico;
 - Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas socialmente e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
 - Cooperar com as entidades responsáveis pelas ações de movimentação das populações;
 - Apoiar as ações de regresso a normalidade das populações;
 - Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
 - Assegurar o apoio psicológico de continuidade;
 - Apoio nas operações de realojamento dos desalojados;
 - Executar outras ações no âmbito das suas competências.
-
- Apoiar o SRPCBA na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, assegurando:
 - A vigilância meteorológica, sísmica e geofísica, bem como o funcionamento das respetivas redes de monitorização por forma a garantir a aquisição, processamento e difusão da informação recolhida em tempo real;
 - A emissão de avisos meteorológicos direcionados para a atuação de forças operacionais.
 - Apoiar na organização geral das operações de proteção civil, integrando a Estrutura de Direção Institucional no aconselhamento técnico e científico em matérias de meteorologia e geofísica;
 - Participar na tipificação dos riscos incidentes na Região dos Açores (sismos, maremotos, eventos meteorológicos extremos e alterações bruscas das condições do ambiente marinho);
 - Implementar estratégias regionais para a mitigação dos riscos

	<p>previstos no Programa de Medidas para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Difusão de conhecimentos e resultados das atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico; – Realização de ações de sensibilização e formação para a área dos riscos naturais e antrópicos, destinadas à população e/ou às entidades intervenientes. – Disponibilizar a identificação dos seus recursos públicos, nomeadamente das estações sísmicas e meteorológicas existentes na RAA, mas também as instaladas no território do Continente, as quais, em caso de colapso da estrutura regional, permitem ao IPMA assegurar a vigilância dos riscos.
Laboratório Regional de Engenharia Civil	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o apoio técnico em inspeções e vistorias de engenharia civil e geotecnia a locais de maior exigência técnica ou de segurança, com vista à avaliação preliminar do risco (habitações, vias, pontes e outras infraestruturas existentes na zona afetada); – Propor medidas imediatas de atuação, mesmo que de carácter provisório, que permitam ultrapassar ou corrigir situações de insuficiência ou de risco; – Avaliação do risco nas zonas afetadas para apoio à reconstrução, ou apoio na definição de novas zonas de construção; – Definição de medidas de fundo que visem minimizar o risco na zona afetada.
Organizações de Radioamadores	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar as radiocomunicações de emergência; – Estabelecer e garantir autonomamente vias de comunicação e apoiar na recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação; – Contribuir para interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades; – Reabilitar e colocar em funcionamento equipamentos e meios

	técnicos colapsados;
	<ul style="list-style-type: none"> – Funcionar como observadores que reportam através dos meios de rádio, informação útil ao acionamento de meios de socorro e salvamento; – Apoiar a difusão de informação útil às populações.
Cruz Vermelha Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar no apoio à população com equipas multidisciplinares: psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, no registo de desalojados e familiares; – Distribuir kit's de emergência: cozinha; higiene pessoal; roupa; – Prestar apoio no alojamento de emergência e/ou montagem de postos de triagem e primeiro socorro; – Prestar apoio com socorristas, na organização de acampamentos de emergência, apoio em primeiros socorros e também voluntários para efetuar ações que lhes forem atribuídas quando necessário.
Organizações de Escuteiros	<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar nas ações de sensibilização a Proteção Civil nomeadamente, na informação, formação e apoio técnico às populações; – Inventariar, informar e avaliar situações de risco eminentes e condições ambientais de segurança inapropriadas e de risco coletivo, que possam resultar em ocorrências graves ou catástrofes; – Colaborar no aviso às populações, movimentação de populações, isolamento de áreas e na gestão de equipas móveis de voluntários; – Prestar apoio com os meios humanos e materiais disponíveis, para cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência; – Apoiar as ações de pesquisa e busca de desaparecidos e de

gestão de campos de desalojados.

Polícia Judiciária

- Apoiar nas ações de combate à criminalidade;
- Proceder à investigação criminal quando das circunstâncias do evento decorram indícios da prática de ilícito criminal, previsto no catálogo constante no artigo 7.º da Lei de Organização da Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto;
- Colaborar com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses em matéria de identificação judiciária (identificação de cadáveres).

Serviços de Informação e
Segurança (SIS)

- Integrar os órgãos de gestão e coordenação do incidente;
- Proceder numa primeira fase à recolha e análise das notícias, que visam a salvaguarda da vida e bens dos cidadãos, e das infraestruturas críticas fundamentais para o normal funcionamento da RAA;
- Proceder à difusão junto dos decisores de informações de segurança que visem atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Serviço de Estrangeiros e
Fronteiras (SEF)

- Informar os cidadãos estrangeiros presentes na área sinistrada sobre procedimentos a adotar;
- Assegurar a gestão e a comunicação de dados relativos à parte nacional do Sistema de Informação Schengen;
- Cooperar com as representações diplomáticas e consulares e outros Estados, devidamente acreditadas em Portugal, nomeadamente no repatriamento dos seus nacionais;
- Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matérias de circulação de pessoas e controlo de cidadãos estrangeiros;

	<ul style="list-style-type: none"> – Participar em controlos móveis e operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres; – Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves; – Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de pontos ou aeroportos de risco, no aspeto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias; – Colaborar na identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros na área sinistrada.
Entidades gestoras de sistemas de distribuição de gás/combustíveis	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de gás e combustíveis, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas; – Assegurar o restabelecimento da distribuição de gás e combustíveis. – Garantir prioridades de distribuição às forças operacionais.
Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades produtivas estratégicos, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas; – Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede e nas estações de tratamento; – Assegurar o controlo da qualidade da água na rede; – Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço; – Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.
EDA	<ul style="list-style-type: none"> – Equipas de intervenção próprias para garantirem o fornecimento de energia elétrica em segurança; – Disponibilização e operação de geradores móveis;

NAV Portugal

- Disponibilização das redes de comunicações rádio de voz para uso partilhado;
- Equipas de intervenção próprias e de empreiteiros para reporem a normalidade do fornecimento de energia elétrica.
- Assegurar a prestação de serviços de tráfego aéreo na Região de Informação de Voo do Atlântico Norte, sob responsabilidade de Portugal, incluindo as vertentes atribuídas à NAV Portugal de vigilância, de busca e salvamento, e de radiocomunicações (terra-ar);
- Colaborar com a ANAC no planeamento relativo à manutenção dos serviços de tráfego aéreo;
- Assegurar com a Força Aérea a coordenação civil militar associada à navegação aérea;
- Colaborar com a Comissão Nacional FALSEC e com a Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil;
- Promover e assegurar as ações necessárias para salvaguarda das infraestruturas de suporte à prestação de serviços de tráfego aéreo.
- Implementar a gestão da emergência, considerada no Sistema de Gestão Integrado da Empresa, nomeadamente ao nível do Plano de Contingência Operacional, e ao nível dos Planos de Emergência associados às diversas instalações e infraestruturas da Empresa;
- Colaborar com a Proteção Civil e Força Aérea nas iniciativas inerentes à gestão de crise e de recuperação de operacionalidade;
- Colaborar com as outras entidades de prestação de serviços aeronáuticos, nomeadamente aeroportos (ANA), SATA, e organismos do Governo Regional associados;
- Colaborar na vigilância meteorológica em coordenação com as entidades responsáveis envolvidas.

Portos dos Açores	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios humanos e equipamentos de terra e mar, nomeadamente máquinas, embarcações, rebocadores e meios de combate à poluição marinha, para cumprimentos das ações que foram atribuídas; – Colaborar e apoiar na retoma de funcionamento de equipamentos e meios técnicos nas áreas atingidas.
Empresas de Segurança Privada	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a proteção de pessoas e bens, a prevenção da prática de crimes, a vigilância dos bens móveis e imóveis, o controlo de entrada, presença e saída de pessoas, bem como a prevenção da entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou suscetíveis de provocar atos de violência, nos espaços a si consignados, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos; – Apoiar a segurança dos estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, em complemento da atividade das Forças de Segurança, designadamente instalações de interesse público ou estratégico nacional, sempre que tais espaços lhe sejam consignados.
Cáritas	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; – Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; – Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; – Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; – Atuar nos domínios do apoio logístico e social; – Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; – Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica.
Misericórdias	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados;

	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; – Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; – Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; – Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar. – Atuar nos domínios do apoio logístico e social; – Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; – Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica; – Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.
Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas que promovam o rápido restabelecimento das comunicações rádio da rede SIRESP; – Assegurar a colaboração de equipas técnicas localizadas fora da zona de sinistro no apoio ao restabelecimento dos equipamentos e meios afetados pelo acidente grave ou catástrofe; – Assegurar a interligação das comunicações via sítios móveis com rede; – Disponibilizar os relatórios sumários (pré definidos) de ponto de situação, na medida do possível, acerca da funcionalidade operacional da rede SIRESP, incluindo referência a eventuais áreas de cobertura afetada, níveis de saturação e situações de difícil reposição rápida.
Operadoras de Comunicações Móveis (NOS; MEO e Vodafone)	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; – Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas imediatas para a manutenção e o restabelecimento das comunicações; – Assegurar a recuperação dos serviços em caso de destruição de infraestruturas, sejam elas suportes físicos de transmissão

	<p>(cabos, condutas, etc.) ou nos de rede;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Colaborar na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existente nas zonas de sinistro; – Disponibilizar um relatório de situação, onde constara a capacidade operacional das suas redes e serviços, incluindo eventuais áreas de cobertura afetadas, níveis de saturação e tempo estimado de reposição; – Possibilitar a deslocação de equipas técnicas; – Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações; – Possibilitar o desvio de tráfego de atendimento telefónico em 60 minutos no caso de catástrofe localizada geograficamente. – Garantir prioridade às chamadas com destino ao número único de emergência (112); – Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações; – Priorizar a disponibilização de equipamentos e serviços a entidades essenciais; – Disponibilização de serviço de <i>broadcast</i> de mensagens escritas de emergência; – Disponibilizar relatórios de situação acerca da capacidade operacional das suas redes e serviços, incluindo eventuais áreas de cobertura afetada, níveis de saturação e tempo estimado de reposição. – Proceder ao levantamento dos prejuízos causados nos respetivos equipamentos; – Garantir emissões para o público.
Correios de Portugal (CTT)	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a distribuição do correio postal urgente; – Assegurar o restabelecimento e a distribuição do correio postal.
Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA)	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a monitorização e a vigilância dos perigos geológicos nos Açores – Apoio técnico e científico nas áreas de vulcanologia, da sismologia, da geotermia, da geotecnia, da hidrogeologia e do

ambiente;

- Elaborar relatórios, pareceres e comunicados para a difusão de informação, destinados a apoiar ações de Proteção Civil na Região;
- Disponibilizar informação sobre eventos sísmicos e vulcânicos.

7.5 Estrutura operacional

A resposta operacional desenvolve-se na área da Região Autónoma dos Açores, que é designada por Zona de Intervenção (ZI).

Nas ZI deverá ser organizada a resposta operacional, aprovado pelo COS, baseado no Sistema de Gestão de Operações (SGO), que consiste no desenvolvimento de uma configuração modular (com os níveis estratégico, tático e de manobra) e evolutiva de acordo com a importância e o tipo de ocorrência, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Despacho da Autoridade Nacional de Proteção Civil n.º 3551/2015, 9 de abril.

Importa, ainda, considerar no âmbito da configuração do SGO a elaboração e atualização do Plano de Estratégico de Ação (PEA), que consiste num conjunto de ações que evoluem num determinado enquadramento, com o objetivo de antecipar e maximizar oportunidades, conduzir as forças na execução e conduta da operação e identificar as medidas de comando e controlo necessárias para a concretização dos objetivos.

O COS deverá definir as ZI, de acordo com o tipo e dimensões do incidente, a sua localização geográfica e os cenários previstos de desencadear um acidente grave e/ou catástrofe. Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada.

Nos termos do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), a ZI divide-se em Zona de Sinistro (ZS), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR) e Zona de Receção de Reforços (ZRR).

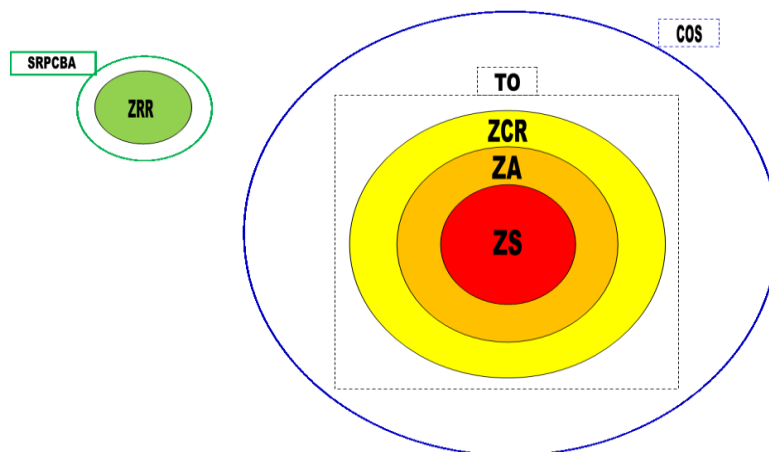


Ilustração 18 - Organização TO

Zona de Sinistro – ZS

- Local onde se desenvolve a ocorrência no TO;
- Área de acesso restrito;
- Encontram-se exclusivamente os meios necessários à intervenção direta e com missão atribuída, sob a responsabilidade do COS.

Considerando as diversas atividades desempenhadas na ilha Terceira, as ZS poderão localizar-se em diferentes zonas.

Zona de Apoio – ZA

- Zona adjacente no TO à ZS;
- Área de acesso condicionado;
- Onde se encontram os meios de apoio e logística de resposta imediata, bem como estritamente necessária ao suporte dos meios em operações.

As ZA poderão localizar-se em diferentes pontos adjacentes ao sinistro, nomeadamente em conformidade com a localização do evento, bem como da delimitação da ZS.

Zona de Concentração e Reserva – ZCR

- Onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata no TO;

- Local destinado a manter um sistema de apoio logístico aos intervenientes;
- Local onde têm lugar as concentrações, reservas estratégicas e trocas de recursos pedidos.

As ZCR poderão localizar-se em diferentes pontos, em conformidade com a localização da ZA ou com as opções estratégicas operacionais ou mesmo funcionar nas próprias sedes dos Agentes de Proteção Civil destacados no TO dada a proximidade ao sinistro.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

Área de reserva – local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG;

Área de reabastecimento – local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência;

Área de alimentação – local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS;

Área de descanso e higiene – local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais;

Área de apoio sanitário – local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência;

Área de manutenção – local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos;

Área médica – local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré hospitalar no TO.

No quadro deste Plano, importa, sobretudo, caraterizar as Zonas de Receção de Reforços, uma vez que serão a estas que chegarão os reforços essenciais à gestão da emergência.

Zona de Receção de Reforços - ZRR

- Zona de controlo e apoio logístico;

- Zona onde se dirigem os meios e de reforço solicitados atribuídos pela CIPC antes de atingirem a ZCR no TO.

É nas ZRR que terá lugar a concentração dos recursos solicitados pela CIPC, despachados para uma ZCR específica, e onde são transmitidas as orientações táticas necessárias. Para efeitos deste Plano, considera-se as ZRR representadas na base cartográfica.

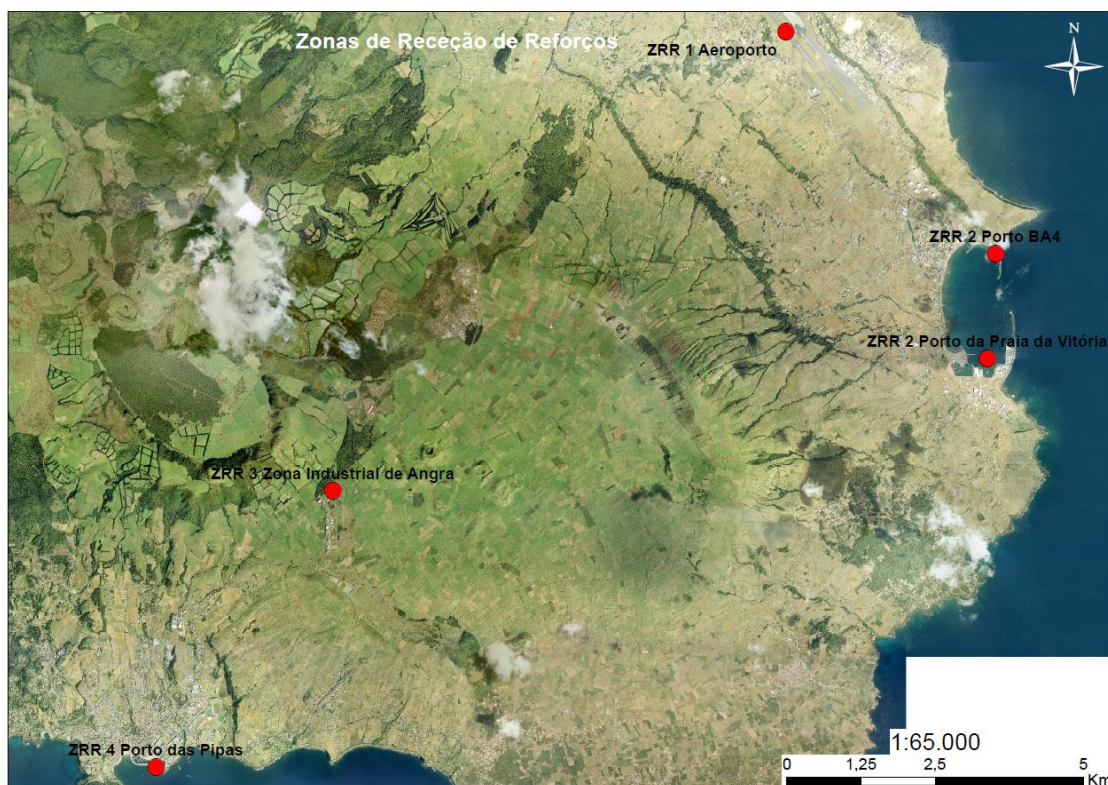


Ilustração 19 - Localização das ZRR

As ZRR obedecem à seguinte localização e modo de organização:

- Base Aérea n.º 4 das Lajes (ZRR1) – Recebem o reforço de equipas e equipamentos de outras ilhas, nacionais ou internacionais. Esta zona está preparada para receber todo o reforço por via aérea.
- Porto Marítimo da Praia da Vitória (ZRR 2) – Recebem o reforço de equipas e equipamentos de outras ilhas, nacionais ou internacionais. Esta zona está preparada para receber todo o reforço por via marítima.

- Zona Industrial de Angra do Heroísmo (ZRR 3) - Recebe o reforço proveniente do concelho de Angra do Heroísmo e Praia da Vitoria e é montada pela estrutura operacional;
- Porto Marítimo de Angra do Heroísmo (ZRR 4) – Recebem o reforço de equipas e equipamentos de outras ilhas com algumas restrições devido à dimensão do porto.

No PSEPC Ilha Terceira a mobilização de meios será prioritariamente, efetuada com recurso a meios públicos e ou privados existentes nos municípios menos afetados pelo acidente grave ou catástrofe, os quais atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas várias Áreas de Intervenção.

Desta forma, aquando da ativação do Plano é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- Utilizar os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Obedecer a critérios de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes nos municípios menos afetados pelo acidente grave ou catástrofe.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição dos Postos de Comando que os afetarão de acordo com as necessidades. Por outro lado, os Postos de Comando são autónomos para a gestão dos meios existentes a nível municipal, assim como para a gestão dos meios de reforço que lhes forem atribuídos pelo nível regional.

Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando.

Perante a informação ou perceção de uma ocorrência, designadamente a possibilidade de as estruturas municipais incluídas na ZI, responsáveis pelas operações de proteção civil e socorro, poderem vir a ficar parcial ou totalmente inoperativas, desenvolve-se

um Esquema de Sustentação Operacional (ESO), no sentido de garantir, tão depressa quanto possível, a reposição da capacidade de coordenação, comando e controlo.

Como base de notificação operacional o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores tem acesso a um conjunto informação de sistemas de monitorização. Esta informação é processada pelo Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Avisos nos Açores, descrita no capítulo sexto.

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SRPCBA desencadeia um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências.

De igual modo, mediante a determinação do estado de alerta, o SRPCBA difunde informação às autoridades políticas de proteção civil, nomeadamente aos presidentes da câmara, aos serviços e agentes de proteção civil, e ainda, aos organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica.

No caso da ativação deste Plano, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios considerados mais apropriados (rede telefónica, fax, correio eletrónico, mensagem escrita, etc.) face à natureza da ocorrência.

7.6 Áreas de intervenção

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Entidade Coordenadora: CIPC

Prioridades de Ação:

- Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção;
 - Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos;
 - Supervisionar negociações contratuais;
-

-
- Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos;
 - Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil;
 - Gerir os processos de seguros e donativos em géneros;
 - Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de emergência;
 - Definir os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil;
 - Acionar os protocolos celebrados com as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil;
 - Definir um sistema de requisição para as situações de emergência.
-

EQUIPAS DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO

Entidade Coordenadora: Posto de Comando

Prioridades de Ação:

- Percorrer a Zona de Sinistro;
 - Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa;
 - Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).
-

EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

Entidade Coordenadora: Posto de Comando

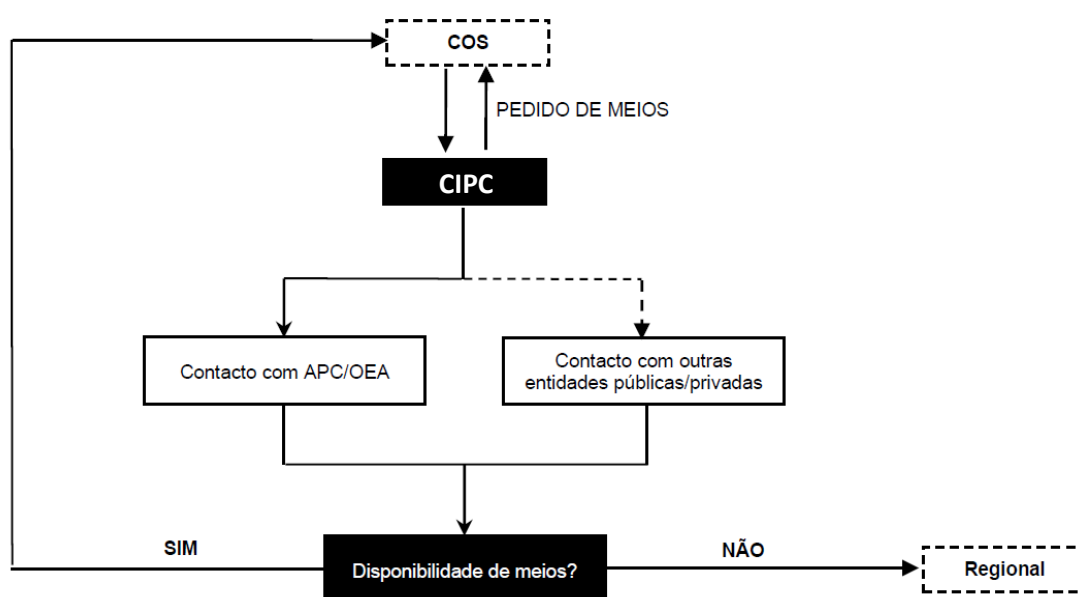
Prioridades de Ação:

- Percorrer a ZS, por via terrestre;
 - Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas;
 - Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).
-

Entidade Coordenadora: CIPC

Prioridades de Ação:

- Assegurar a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência;
- Garantir a gestão de armazéns de emergência e a entrega de bens e mercadorias necessárias às forças de intervenção;
- Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas operações;
- Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro;
- Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas essenciais à condução das operações de emergência, bem assim como de outro equipamento;
- Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia;
- Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico.



APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

Entidade Coordenadora: Instituto de Segurança Social dos Açores (Delegação Ilha Terceira)

Prioridades de Ação:

- Garantir a prestação de apoio social de emergência;
- Assegurar a ativação de ZCAP e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;
- Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
- Organizar um sistemas de recolha de dádivas, garantindo o armazenamento, gestão e distribuição dos bens recebidos;
- Mobilizar equipas de apoio social para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis e de maior risco;
- Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP;
- Mobilizar reservas alimentares e garantir a receção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupas, artigos de higiene pessoal) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados;
- Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP.

COMUNICAÇÕES

Entidade Coordenadora: SRPCBA

Prioridades de Ação:

- Assegurar a ligação, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, por forma a garantir as comunicações de emergência;
 - Identificar e obviar problemas de interoperabilidade;
-

-
- Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos;
 - Mobilizar e coordenar as ações das organizações de radioamadores e dos operadores da rede comercial fixa e móvel, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações;
 - Garantir prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação;
 - Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das capacidades existentes;
 - Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia estabelecida para cada Teatro de Operações (TO) de acordo com a Diretiva Operacional do SRPCBA, em vigor;
 - Apoiar, a pedido, as diferentes entidades e Áreas de Intervenção com meios de comunicações de emergência.
-

INFORMAÇÃO PÚBLICA

Entidade Coordenadora: SRPCBA

Prioridades de Ação:

- Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes;
 - Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue, locais para inscrição para serviço voluntário e instruções para regresso de populações evacuadas;
 - Garantir a relação com os Órgãos de Comunicação Social e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir;
 - Organizar visitas dos Órgãos de Comunicação Social ao Teatro de Operações, garantindo a sua receção e acompanhamento;
 - Organizar e preparar *briefings* periódicos e conferências de imprensa, por
-

determinação do diretor do plano;

- Preparar os comunicados considerados necessários.
-

CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO

Entidade Coordenadora: GNR/PSP, de acordo com a área de incidência territorial da emergência

Prioridades de Ação:

- Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações;
 - Difundir junto das populações recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da Área de Intervenção da Informação Pública;
 - Definir Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), decorrentes das evacuações;
 - Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente em cada Teatro de Operações (TO);
 - Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP;
 - Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
 - Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência.
-

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Entidade Coordenadora: GNR ou PSP de acordo com a área de incidência territorial da emergência

Prioridades de Ação:

- Garantir a manutenção da lei e da ordem;
 - Proteger as populações afetadas e os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança;
 - Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou
-

indispensáveis às operações de proteção civil;

- Proteger propriedades públicas, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas, bem como controlar os acessos;
 - Garantir o condicionamento e controlo de acessos e veículos ao Teatro Operações e Postos de Comando;
 - Garantir a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas;
 - Manter desimpedidos os caminhos de evacuação;
 - Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.
-

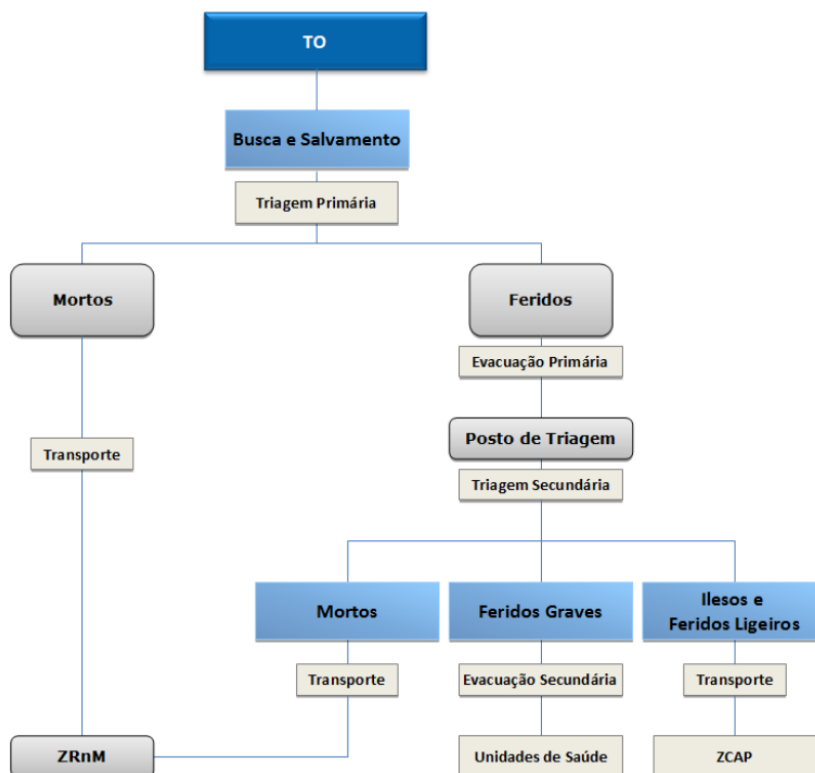
SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

Entidade Coordenadora: Direção Regional de Saúde

Prioridades de Ação:

- Minimizar as perdas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano, assegurando a utilização coordenada de meios, incluindo a evacuação secundária de feridos ou doentes graves;
 - Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde;
 - Coordenar as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros);
 - Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem;
 - Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas;
 - Implementar um sistema de registo de vítimas desde o Teatro Operações até à Unidade de Saúde de destino;
 - Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;
-

- Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro;
- Organizar o fornecimento de recursos médicos.



SOCORRO E SALVAMENTO

Entidade Coordenadora: Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores

Prioridades de Ação:

- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança;
- Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS);
- Efetuar o escoramento de estruturas, eventualmente, após a avaliação da

estabilidade pelas Equipas de Avaliação Técnica (EAT);

- Assegurar a contenção de fugas e derrames de substâncias perigosas;
 - Executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
 - Colaborar na determinação de danos e perdas;
 - Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pela situação de emergência.
-

SERVIÇOS MORTUÁRIOS

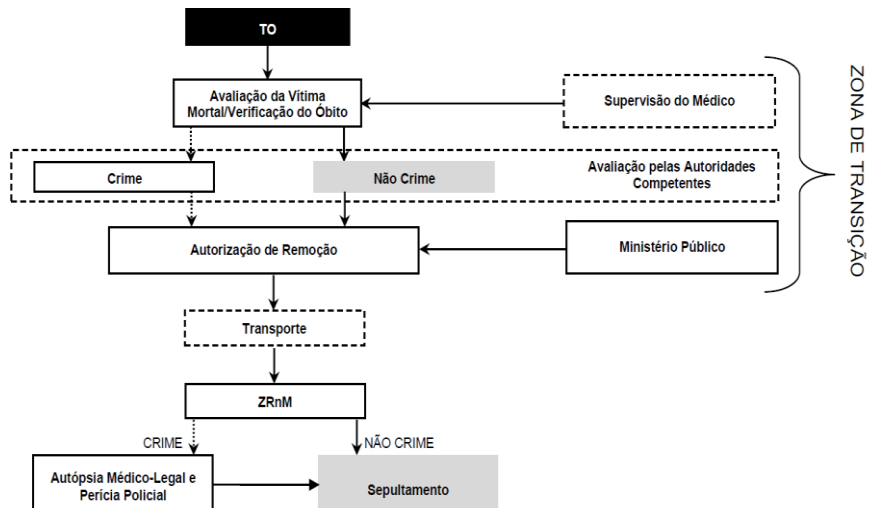
Entidade Coordenadora: Ministério Público (em articulação com a Autoridade Saúde)

Prioridades de Ação:

- Assegurar a constituição das Zona de Reunião de Mortos;
 - Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;
 - Assegurar a presença da PSP ou PM, de acordo com a área de jurisdição, nos locais onde decorrem operações de mortuária, de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;
 - Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos;
 - Fornecer à Área de Intervenção de Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;
 - Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
 - Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação de cadáveres;
 - Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;
 - As necessidades de equipamentos serão supridas pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção, de acordo com os meios
-

disponíveis;

- Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o(s) Posto(s) de Pesquisa e Localização da(s) ZCAP, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População;
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.



8. Contributo para o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil

Considerando que os riscos não se subordinam a fronteiras físicas, sejam elas quais forem, e a real necessidade de racionalização de recursos, parece ser de equacionar a implementação dos objetivos e responsabilidades de proteção civil a um nível intermunicipal, como também defendia Duarte Caldeira: *“Tornar o sistema municipal de proteção civil mais robusto, através da melhoria da sua eficácia e eficiência, flexibilizando a sua estrutura e ajustando-a à realidade e dimensão de cada município, introduzindo uma base intermunicipal para o adequado tratamento de riscos e vulnerabilidades comuns”*.

Num período em que os municípios se confrontam com sérios constrangimentos orçamentais, entende-se pois como oportuna a proposta de criação de um organismo supramunicipal numa ótica de gestão territorial integrada e de subsidiariedade, que racionalize esforços e otimize recursos no âmbito da proteção civil. Desta forma potencia-se, também, uma gestão mais eficaz no domínio da coordenação institucional, que é reconhecida, como a fragilidade maior do sistema nacional de proteção civil.

Mas, sendo esse um caminho possível e recomendado, o objetivo não pode ser dissociado das responsabilidades do nível municipal e da garantia de um socorro de proximidade eficaz, através da constituição ou manutenção de equipas dotadas de todos os meios necessários, humanos e materiais, e de uma coordenação local que permita a utilização oportuna dos recursos existentes ao nível municipal para minorar os efeitos de qualquer acidente grave ou catástrofe.

O PSEPC aposta numa gestão territorial integrada de recursos e meios e deve ser considerada, ponderando um equilíbrio que não prejudique a capacidade de cada membro de agir localmente, no âmbito do seu território. A perspetiva supramunicipal cria oportunidades em vários domínios mas nunca substituirá os municípios naquilo que são as suas obrigações legais e competências legítimas.

Atualmente na Ilha Terceira, o enquadramento da proteção civil é feito ao nível de cada município nos termos da legislação em vigor e de acordo com o modelo vigente na Região Autónoma dos Açores.

De uma forma geral, as estruturas municipais de proteção civil existentes não são adequadas nem suficientes para prestar um socorro eficiente e poder enquadrar de forma adequada situações de acidente grave ou catástrofe.

Com vista a ultrapassar esta fragilidade, propõe-se um novo enquadramento para o socorro e proteção civil ao nível ilha, que possa tirar partido de uma gestão mais racional dos meios, que permita a criação de estruturas adequadas à proteção e socorro e que torne todo o sistema sustentável a médio e longo prazo.

Estes domínios de atividade deixariam de ser uma preocupação exclusiva de cada município para passarem a ser questões tratadas a nível supramunicipal.

Os domínios ligados ao socorro e assistência de primeira linha continuarão a ser responsabilidade primária dos municípios e do respetivo presidente da câmara e a ser materializados pela intervenção dos Corpos de Bombeiros e outros Agentes de Proteção Civil, mas sob direção técnica e coordenação de um organismo único para toda a ilha.

Quando a capacidade de intervenção municipal for insuficiente ou em situação de acidente grave ou catástrofe, a responsabilidade pelo socorro passaria totalmente para a esfera do serviço supramunicipal de proteção civil.

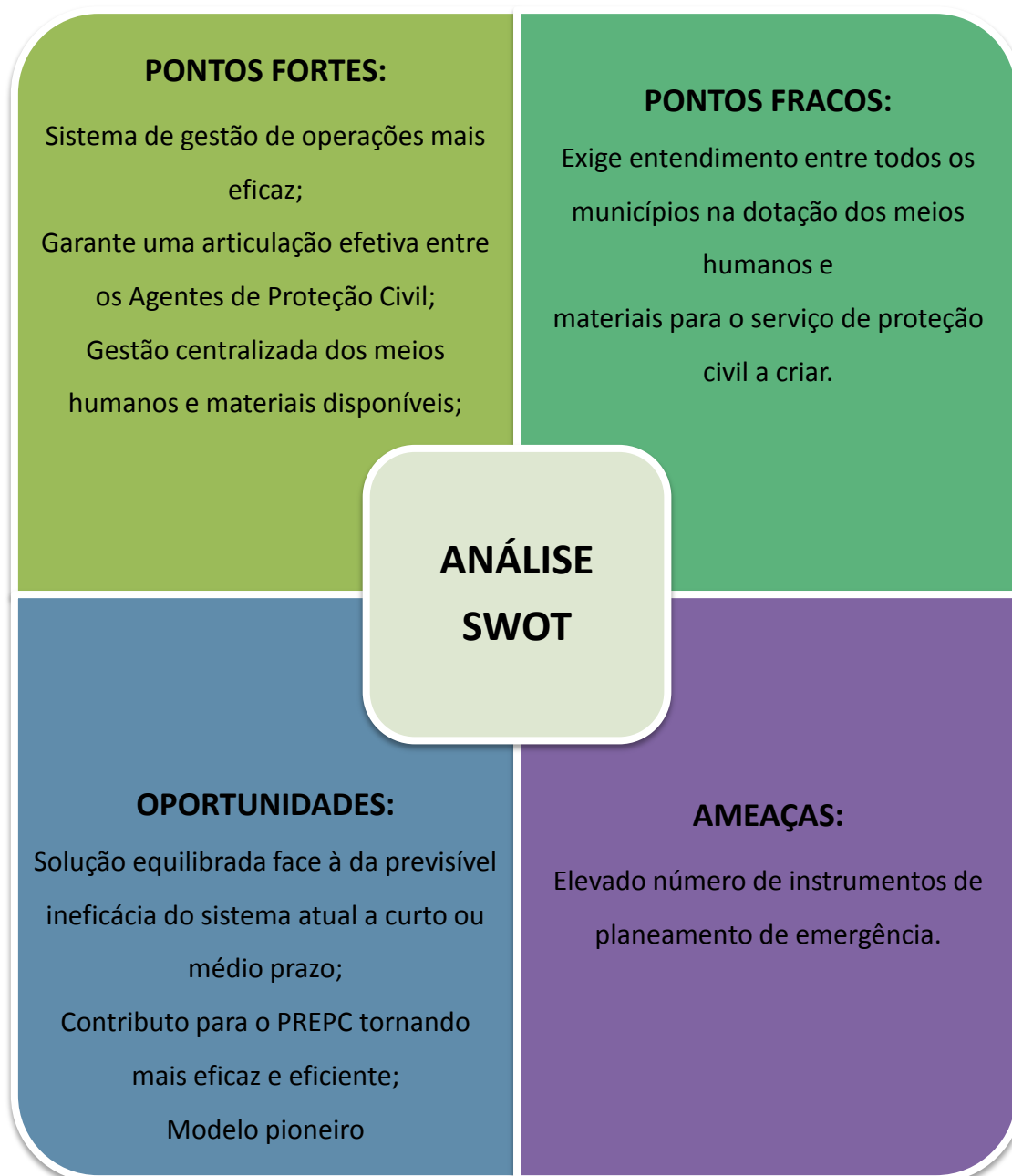
Este modelo introduz claras vantagens na simplificação do processo de ligação entre os diversos níveis e pode materializar uma gestão mais eficaz dos meios e dos apoios operacionais e logísticos às intervenções de proteção e socorro.

Esse benefício traduz-se nos seguintes aspetos:

- Melhoria do processamento das ocorrências;
- Melhoria na capacidade de resposta;
- Melhoria das comunicações;
- Criação de planos de reposta de acordo com as zonas geográficas de intervenção;
- Melhoria da gestão das equipas e otimização de recursos;
- Aumento da facilidade e a celeridade na tomada de decisões operacionais e estratégicas;
- Melhoria dos fluxos de informação.

Contudo o maior benefício reflete-se no planeamento de emergência. Olhando para este vasto território com 19 municípios distintos, nove ilhas, seria importante existir um nível intermédio entre o nível municipal e regional. A articulação entre os diferentes níveis seriam facilitados, bem como todos os processos de planeamento.

Os contributos do Plano Supramunicipal de Emergência de Proteção Civil para o Plano Regional de Emergência de Proteção, já foram mencionados anterior, contudo o planeamento deixa de ser genérico e passa a ser mais específico. Existe uma grande dificuldade na Região Autónoma dos Açores na revisão do Plano Regional de Proteção Civil dos Açores, devido a não adaptação da legislação nacional à região, bem como, a análise e criação de procedimentos operacionais para cada ilha. O PREPCA deve dar resposta a qualquer situação de acidente grave e/ou catástrofe e qualquer das nove ilhas. Os recursos, realidade local é diferente de ilha para ilha. Havendo um plano ilha de emergência de Proteção civil acabaria por ser anexo ao Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores, criando assim um plano eficaz e eficiente para a realidade regional.



9. Bibliografia

Alexander, David. 2002. "Principles of Emergency Planning and Management". New York: Oxford University Press.

Amaro, António. 2008. "Segurança humana e protecção civil na sociedade do risco: a crise do modelo estatocêntrico na(s) segurança(s)". *Territorium*, no. 15: 83-94. https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T15_artg/T15art08.pdf.

Anderson, Maria Alexandre. 2006. "Contributos para o Planeamento de Emergência. Aplicação ao Caso do Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes". Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13036/2/000069329.pdf>.

Caldeira, Duarte Nuno. 2012. "Protecção Civil: um novo paradigma para o desenvolvimento local". Comunicação no 1º Encontro Nacional dos Serviços Municipais de Protecção Civil. Póvoa do Varzim.

Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território. 2016. "Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores".

Direção Regional do Ambiente. 2001. "Plano Regional da Água – Relatório Técnico".

Fournier d'Albe, E. M. 1979. "Objectives Of Volcanic Monitoring And Prediction". *Journal Of The Geological Society* 136 (3): 321-326.

Haddow, George D, Jane A Bullock, and Damon P Coppola. "Introduction To Emergency Management". London: Butterworth-Heinemann Ltd.

Malheiro, A. M. 2002. "Identificação, caracterização e proposta de sistematização dos elementos e parâmetros de vulnerabilidade a considerar no âmbito dos riscos vulcânicos". Tese de mestrado em Vulcanologia e Riscos Geológicos. Departamento de Geociências da Universidade dos Açores.

Manyena, Siambabala Bernard. 2006. "The Concept of Resilience Revisited", *Disasters* 30 (4): 434-450.

Nunes, João Carlos. 2000. “Notas sobre a geologia da Ilha Terceira (Açores)”. *Sociedade Afonso Chaves IX*. Ponta Delgada.

Ragozin, AL. 1994. “Basic principles of natural hazard risk assessment and management”. Proceeding Seventh International Congress International Association of Engineering Geology. Rotterdam: Balkema III, 1277-1286.

Ribeiro, Manuel João. 2013. “Desafios e oportunidades do planeamento de emergência”. *Engineering and Technology Journal*.

Rodrigues, Luís Nuno. 1996. “A legião Portuguesa 1936-1944”. *Editorial Estampa*. Lisboa.

Schwab, Anna K, Katherine Eschelbach, and David J Brower. 2007. “Hazard Mitigation and Preparedness”. EUA: Wiley.

Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2008.

Summavielle, Parcídio. 1993. “A protecção civil no municipalismo português”. *Revista de Guimarães*, no 103: 449-454.

Tierney, Kathleem J, M. K. Lindell and R. W. Perry. 2001. “Facing the Unexpected: Disaster Preparedness and Response In The United States, *National Academic Press*.

UNISDR. 2005. “Hyogo Framework for Action 2005-2015: I S D R International Strategy for Disaster Reduction. International Strategy for Disaster Reduction. Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters.” World Conference on Disaster Reduction. 18-22 January 2005, Kobe, Hyogo, Japan.

Página web:

Autoridade Nacional de Protecção Civil. 2017. Acedido a 06 de maio de 2016.
<http://www.prociv.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>

Autoridade Nacional de Protecção Civil. 2017. “Sistema de Informação de Planeamento de Emergência”. Acedido a 29 de maio 2017.
<http://planos.prociv.pt/Pages/planos.aspx>

Defesa Civil do Brasil. Defesa Civil no Mundo. Acedido a 12 de junho de 2016. http://www.defesacivil.pb.gov.br/index.php?view=article&id=62%3Ahistorico-da-defesa-civil&format=pdf&option=com_content&Itemid=100019

Federal Emergency Management Agency. FEMA History. Acedido a 12 de junho de 2016. <http://www.fema.gov/about/history.shtm>

Mapa administrativo da Região Autónoma dos Açores. 2017. Acedido a 2 de abril 2017.

<http://www.ngw.nl/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/azr.htm>

Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo. 2017. “Estabelecimentos abrangido nos Açores SEVESO II”. Acedido a 8 de maio de 2017. http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/estab_Seveso.htm

Legislação:

Presidência do Conselho. 1936. Legião portuguesa – defesa civil do território. Decreto-Lei 27 058 de 30 de setembro. Diário do Governo 1.ª Série (230).

Junta de Salvação Nacional. 1974. Extingue a Direcção-Geral da Segurança, a legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado para a Juventude – Insere disposições relativas às atribuições da Polícia Judiciária e da Guarda Fiscal. Decreto-Lei n.º 171/74 de 25 de abril. Diário do Governo 1.ª Série (97).

Ministério da Defesa Nacional. 1975. Cria na dependência do Ministério da Defesa Nacional o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC). Decreto-Lei n.º 78/75 de 22 de fevereiro. Diário da República 1.ª Série (45).

Presidência do Conselho de Ministros. 1979. Atribui aos governadores civis a competência para exercer na área do respetivo distrito a direcção dos centros e dos gabinetes de coordenação e protecção civil, que agora são criados em várias localidades. Resolução n.º 340/79 de 6 de dezembro. Diário da República 1.ª Série (281).

Ministério da Defesa Nacional. 1980. Aprova a Lei Orgânica do referido Serviço Nacional de Proteção Civil. Decreto-Lei n.º 510/80 de 25 de outubro. Diário da República 1.ª Série (248).

Ministério da Defesa Nacional. 1994. Sistema nacional de para a busca e salvamento marítimo. Decreto-Lei n.º 15/94 de 22 de janeiro. Diário da República 1ª Série A (18).

Ministério da Defesa Nacional. 1995. Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo. Decreto-Lei n.º 253/95 de 30 de setembro. Diário da República 1.ª Série (227).

Ministério da Defesa Nacional. 2002. Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima (SAM), as atribuições, a estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional (AMN). Decreto-Lei n.º 44/2002 de 2 de março. Diário da República 1.ª Série A (52).

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo. 2007. Altera a orgânica e o quadro de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA). Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A de 23 março. Diário da República 1.ª Série (79).

Assembleia da República. 2007. Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal. Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro. Diário da República 1.ª Série (217).

Assembleia da República. 2008. Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto. Diário da República 1.ª Série (165).

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa. 2013. Segunda alteração à Orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, aprovada em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho. Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M de 25 de março. Jornal Oficial 1.ª Série (38).

Ministério da Administração Interna. 2014. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de

maio. Decreto-Lei n.º 163/2014 de 31 de outubro. Diário da República 1.ª Série (211).

Ministério da Administração Interna. 2015. Sistema de Gestão de Operações. Despacho ANPC n.º 3551/2015 de 9 de abril. Diário da República 2.ª Série (69).

Ministério da Administração Interna. 2015. Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil. Resolução n.º 30/2015 de 7 de maio. Diário da República 2.ª Série (88).

Assembleia da República. 2015. Segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto. Diário da República 1.ª Série (149).

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. 2015. Regime de Prevenção de Acidentes Graves que Envolvem Substâncias Perigosas. Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto. Diário da República 1ª Série (151).